JANEIRO DE 2014
EDIÇÃO Nº03
Via
COMBATIVA
Revista teórico-política da União Popular Anarquista - UNIPA
Questão Agrária e
Sindicalismo Rural
a U.N.E./U.B.E.S!
AVANTE a AÇÃO DIRETA
ESTUDANTIL-PROLETÁRIA!
REDE ESTUDANTIL CLASSISTA e COMBATIVA-RECC
2013 - O Levante
dos Marginalizados
Instrução Integral e
Estudantes Trabalhadores

# EDITORIAL

A terceira edição da revista Via Combativa (VC) chega às ruas em um período decisivo para a luta dos trabalhadores no Brasil. Em 2013 vivenciamos o despertar da ação direta popular e a configuração de um novo patamar na luta de classes em nosso país a partir das Jornadas de Junho. A esquerda reformista e os revolucionários foram colocados a prova frente à radicalização das manifestações populares, a ação do proletariado marginal e a repressão Estatal. Este quadro promete se agravar em 2014, ano da Copa do Mundo, trazendo como principal desafio para esta edição da Via Combativa a correta compreensão desta realidade e sua contribuição teórico-política a consolidação do braço de massas do anarquismo, o sindicalismo revolucionário, processo em construção.

Enquanto uma continuidade do segundo numero da VC, esta edição avança na aplicação do método bakuninista para a compreensão da ação e formação das frações da classe trabalhadora no brasil entre as diferentes categorias ocupacionais e suas camadas étnicas, nacionais, de gênero e geração. Ainda que não esgote por completo, esta edição representa um avanço concreto na análise da estrutura de classes a partir da teoria anarquista.

Um dos principais desafios colocados pelo levante popular de junho e as lutas deste período é a identificação dos sujeitos deste processo e qual o seu papel na luta de classes. O marxismo, pensamento guia das principais organizações de esquerda no Brasil, não consegue superar o dilema entre o sectarismo e o oportunismo em sua política de massas: ora atribuindo centralidade apenas ao operariado (em detrimento das outras frações classe trabalhadora), ora ampliando suas alianças a "burguesia nacional", políticas que apesar de parecerem opostas derivam do mesmo etapismo economicista. Já o anarquismo defendido pela UNIPA traz uma nova interpretação e prática, a partir do materialismo sociológico, que compreende a centralidade e o papel das diferentes frações da classe trabalhadora (proletariado marginal, de serviços, industrial, campesinato, etc.) e ao mesmo tempo em que combate qualquer colaboração de classe.

Neste sentido, o texto "**O Levante dos Marginalizados**" aponta para o papel chave do proletariado marginal nas Jornadas de Junho, produto de duas décadas de reformas neoliberais que deterioraram as condições de trabalho e de vida, formando assim um setor composto em grande parte pela juventude proletária precarizada e suas subculturas, mas não só, que foram marginalizadas do pacto petista entre as burocracias sindicais e partidárias com o Governo, fator este que propiciou o caráter não tutelado de sua ação e por isso mesmo explosiva e dinâmica em 2013.

O artigo "**Os estudantes como categoria ocupacional e a estrutura de classes**" aponta que a massificação da educação precária nas últimas décadas consolidou a presença da classe trabalhadora no movimento estudantil assim como seu peso majoritário nos ambientes escolares (entendido em números absolutos), a partir disso o texto desmascara a linha oportunista de esquerda que justifica seu reformismo no Movimento Estudantil sob a alegação do atraso de uma condição estudantil essencialmente pequeno-burguesa. O anarquismo aponta, ao contrário, que os estudantes proletários possuem papel fundamental na revolução, mas para isso é necessário organizá-los a partir de um programa classista e novos métodos.

Os outros dois textos tratam da perspectiva de classe do anarquismo em relação aos trabalhadores rurais, questão fundamental da sociedade brasileira nos dias atuais. Em "**Anarquismo e Questão Agrária**" é feita a crítica a concepção marxista que concebeu o campesinato de duas formas principais: a) como um setor a ser combatido; b) como um setor a ser utilizado; ambas partindo de uma visão economicista consideraram o campesinato enquanto um setor pequeno-burguês fadado ao desaparecimento ou a ação tutelada pelo Partido/Estado operário. Já o anarquismo aponta o campesinato (que vive do seu próprio trabalho) enquanto um setor da classe trabalhadora e sujeito construtivo fundamental da revolução brasileira. No artigo "**Entre a tutela estatal e a revolução: algumas considerações sobre a história do sindicalismo rural e da luta camponesa"**, é realizada uma análise histórica sobre o papel do sindicalismo de Estado, representado pela CONTAG na década de 1960, no desmantelamento das Ligas Camponesas e seus ensinamentos para a atualidade.

O texto "**A instrução integral e a crítica bakuninista a pedagogia libertária**" demostra como o ecletismo anarquista na educação, conhecido como Pedagogia Libertária, se integrou no movimento burguês de defesa da educação como principal método de transformação da sociedade. Bakunin defendia uma educação socialista que unisse o trabalho manual e intelectual, mas que dentro da sociedade capitalista a luta era o principal método de aprendizado e destruição da sociedade de classes e do estado condição fundamental de uma educação emancipadora.

A revista Via Combativa espera contribuir para a Unidade de todas as frações da classe trabalhadora brasileira. Neste ano de 2014, comemoremos o Bicentenário do camarada Mikhail Bakunin na aplicação de seus ensinamentos: unir trabalhadores urbanos e rurais, golpeando o estado e burguesia através da ação direta e da greve geral.

**NÃO VAI TER COPA!**

**IR AO COMBATE SEM TEMER! OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!**

# SUMÁRIO




Revista teórico-política da União Popular Anarquista - UNIPA
Nº03 - Janeiro de 2014



**E-mail de contato:**
unipa@hush.com
**Página na web:**
uniaoanarquista.wordpress.com


**Fotos:**
**Capa: Marcha das Ligas Camponesas, em torno de 1960, Nordeste (esq.)**
**Contra-capa: Comemoração do Bicentenário de Mikhail Bakunin (dir.)**

# A Instrução Integral e a crítica bakuninista a pedagogia libertária

## 1. A Instrução Integral

A Educação é uma peça-chave para a humanidade sair cada vez mais da sua condição de animalidade e rumar para sua liberdade. A educação enquanto sistematização do pensamento é um processo que concatenado com o trabalho conforma as bases da sociedade socialista futura para Mikhail Bakunin.

Esse modelo educacional, que conforma o conhecimento teórico e o saber prático do mundo do trabalho foi denominado pelo Revolucionário de instrução integral e visa à junção entre o trabalho e a educação. Pois para o pensador russo a escola deve abarcar a esfera das ciências propedêuticas e o contato com trabalho laboral. Só por meio dessa instrução integral a sociedade conseguirá formar homens integrais que possam desenvolver tanto a ciência como trabalhos braçais/industriais.

> *"A instrução deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte, deve ser integral, quer dizer, deve preparar as crianças de ambos os sexos tanto para a vida intelectual como a vida do trabalho, visando a que todos possam chegar a ser pessoas completas." (BAKUNIN, 2003, p. 78)*

A instrução integral seria desta forma, a possibilidade proposta por Bakunin, da formação que abarcasse a instrução intelectual e manual. O modelo educacional que não aumentasse o fosso entre os que pensam e os que trabalham na humanidade. Um modelo educacional que possibilitasse a todos desde sua tenra infância o contato equitativo com o saber teórico, e o trabalho manual, que seria, para o autor, também um saber prático.

Chave de boca e lápis: união entre trabalho manual e intelectual

A instrução integral é o conceito central de Bakunin no que se refere à educação. Neste, o autor vai defender que a igualdade entre os homens só pode existir de fato quando todos tiverem acesso à mesma instrução. A instrução integral se constitui pela junção diária entre formação manual e formação intelectual.

Assim, para Bakunin, o trabalho é um princípio educativo e a escola deve tê-lo como guia curricular. O trabalho como elemento criador/ontológico deve ser a base dessa educação em consonância com as bases propedêuticas, ou seja, a base científica e o conhecimento historicamente sistematizado pela humanidade.

## 2. A impossibilidade de uma educação emancipadora em uma sociedade de classes

Entretanto, no capitalismo, a partir da divisão social do trabalho imposta pela apropriação da força de trabalho da burguesia sobre o proletariado, ocorre uma fissura entre ação e pensamento, entre educação e trabalho. Fica impossibilitado no regime do capital a efetivação de uma sociedade que tenha acesso igualitário ao saber teórico e prático, ao que Bakunin denominou de Instrução Integral, pois no capitalismo não ocorre a concatenação entre trabalho e educação, dado que a minoria pequeno-burguesa/burguesa estuda e executa funções de controle na sociedade enquanto a massa proletária executa apenas funções laborais. Ao falar sobre o abismo entre as classes sociais e a ilusão de que a Educação formal poderia dar elementos para as massas superarem sua condição de exploração, Bakunin afirmara:

> *"É também em vão que alguém se esforçaria em se persuadir que este abismo poderia ser preenchido pela simples difusão das luzes nas massas populares. É muito interessante fundar escolas para o povo; mas é preciso se perguntar se o homem do povo, vivendo o dia-a-dia e alimentando sua família com o trabalho de seus braços, ele próprio privado de instrução e lazer, e forçado a se deixar abater e embrutecer pelo trabalho, para assegurar aos seus o pão do dia seguinte, é preciso se perguntar se existe pelo menos o pensamento, o desejo e mesmo a possibilidade de enviar suas crianças à escola e de sustentá-las durante todo o tempo de sua instrução" (BAKUNIN, 1988, p.16)*

Assim, para Bakunin, a divisão entre a minoria burguesa que estuda e executa as funções de controle e poder sobre a grande massa proletária que executa apenas as funções laborais impede a efetivação da Instrução Integral, já que os burgueses não trabalham e até se apropriam indevidamente do trabalho do proletário, e o proletário não tem acesso ao conhecimento elaborado/sistematizado.

O capitalismo assim estabeleceu um fosso entre os que estudam e os que exercem funções laborais. No capitalismo, dessa forma, ocorre uma fissura que lhe é inerente, a divisão entre trabalho e educação, ação e pensamento, que invalida a uma possibilidade de uma igualização de funções na sociedade do capital.

Porém a condição prévia da instrução integral é a emancipação econômica das massas trabalhadoras, pois a atual divisão social do trabalho impede que os trabalhadores tenham tempo e condição para estudarem de modo qualitativo.

Para que a instrução integral vigorasse seria necessária, como condição, primeiramente, a emancipação econômica das massas trabalhadoras. Pois dentre outros motivos a atual divisão social do trabalho impede a instrução integral, já que os trabalhadores tem uma longa jornada de trabalho o que, por sua vez, impossibilita o contato pleno destes com universo científico, da mesma forma que desinteressa a burguesia que seus filhos executem funções laborativas na atual condição de exploração do trabalho.

> *"É evidente que a questão tão importante da instrução e da educação populares depende da solução desta outra questão, bem mais difícil, que é uma reforma radical nas condições atuais das classes operárias. Restabelecei as condições do trabalho, devolvei ao trabalho tudo aquilo que segundo a justiça cabe ao trabalho, e, em consequência, dai ao povo a segurança, a facilidade, o lazer, e, então, acreditai-me, ele se instruirá, ele criará uma civilização mais ampla, mais sã, mais elevada do que a vossa" (BAKUNIN, 1988, p.17).*

Por isso, dentre outros motivos já expostos, a condição de aplicabilidade da instrução integral é a emancipação econômica, que nas palavras de Bakunin é a emancipação primeira no qual deriva todas as outras. Assim uma educação equitativa, a instrução integral, decorre em primeira instância da equidade das condições materiais de existência via emancipação econômica.

A educação na sociedade de classe, para Mikhail Bakunin, constituiu-se como forte elemento de dominação e manutenção da burguesia sobre o conjunto do proletariado. Ao passo que divide a sociedade entre aqueles que se apropriam do conhecimento e executam funções de direção na sociedade, e aqueles que, ou têm a educação negada ou aprendem o suficiente para venderem sua força de trabalho.

O pensador russo, defensor da emancipação do trabalho e da construção do socialismo, entende a relação com a educação de maneira contraditória. Sabendo diferenciar o papel de uma educação em uma sociedade de classes, do papel da Educação para além do mundo da exploração, procura salientar que a Educação escolar na sociedade de classes garante o poder da burguesia e não é uma saída para a emancipação do povo.

O conhecimento e a ciência concentrados nas mãos de poucos, no caso a burguesia, serve como instrumento de manutenção da divisão de classes e escravização do proletariado. Sendo assim, para Bakunin, não se poderia defender o desenvolvimento da ciência sem saber a que fim esta se destina.

> *"Aquele que sabe mais dominará naturalmente aquele que sabe menos; e se existir entre duas classes apenas esta diferença de educação e de instrução, esta diferença produzirá em pouco tempo todas as outras, o mundo humano voltará ao seu estado atual, isto é, será dividido de novo numa massa de escravos e num pequeno número de dominadores, os primeiros*

*trabalhando, como hoje, para os segundos" (BAKUNIN apud SADDI, 2009, p.13).*

O monopólio do conhecimento, das ciências e da Educação, é para Bakunin um instrumento de coerção da burguesia sobre o proletariado. Ao passo que a burguesia se instrui, mas ao proletariado é restrito o acesso ao conhecimento, assim maior ainda será a dominação de classe e o fosso entre os que pensam e os que trabalham.

Bakunin se opôs aos preceitos educacionistas de Lavrov, um contemporâneo seu que fazia parte de um setor do Populismo russo e que desenvolveu uma campanha educacionista que teve grande adesão da juventude, contrapondo a ideia de que a educação escolar no campo seria um meio de libertação e de emancipação do povo pobre e analfabeto rumo ao socialismo no interior da Rússia. Bakunin assim demonstra sua divergência ironizando Lavrov:

> *"É verdade, se a instrução do povo fosse a condição prévia de sua emancipação, todos os povos, sem exceção, estariam então condenados a uma servidão sem saída e sem fim: permaneceriam na ignorância, em razão de sua servidão, e nessa servidão, em razão dessa ignorância" (BAKUNIN, 2009, p.71).*

A educação, para Bakunin, não estaria portanto distanciada de outras questões sociais, constituindo-se assim a parte dos problemas sociológicos que os rodeiam. Não bastava apenas, como acreditava esse setor do populismo russo, que fosse dada ao povo uma educação escolar e este se libertaria, pois o problema educacional estava inserido em uma totalidade social e era preciso resolver as demandas econômicas. Assim: *"É evidente que a questão tão importante da instrução e da educação populares depende da solução desta outra questão bem mais difícil, que é uma reforma radical nas condições econômicas atuais das classes operárias." (BAKUNIN, 1988, p.17).*

Para Bakunin, o conhecimento livresco/literário não era condição prévia do povo para a sua emancipação. Pois se o fosse o povo nunca estaria em condições subjetivas de se elevar contra o capital mesmo sendo superexplorados, pois não teriam sequer tempo para terem acesso à ciência/Educação.

A grande massa, o povo, mesmo sendo, em sua maioria, no século XIX, na Rússia, semifeudal e no restante da Europa iletrados, tinha o conhecimento material/objetivo sobre sua própria condição de explorado/oprimido, possuía assim, um conhecimento que lhe era próprio por conta de sua condição material de existência e isso lhe forneceria uma solidariedade que poderia dar início para a empreitada pela sua libertação, como nos adverte Bakunin: *"Há no povo bastante força espontânea; esta é incomparavelmente maior que a força do governo"* (BAKUNIN, 2009, p.67).

Como podemos observar, para Bakunin o povo não necessita de instrução científica para se emancipar. Pois há no povo uma força espontânea, força essa ligada à solidariedade na esfera do mundo do trabalho e dos laços sociais construídos por vínculos comunitários. Essa solidariedade/força é um conhecimento adquirido pelos costumes em comum, pelas tradições dos povos e por relações culturais.

> *"Do ponto de vista dos conhecimentos livrescos, o homem do povo mais inteligente aparentará um simplório comparado ao primeiro jovem inexperiente e pretensioso recém-saído da universidade, comparado a qualquer imbecil diplomado. Por esse motivo, aqueles que tomam por critério da capacidade política do povo seu grau de instrução, devem acabar por se convencer que nenhum povo no mundo ainda está em condição de dirigir-se a si mesmo e que cabe às classes instruídas governá-lo" (BAKUNIN, 2009, p. 69).*

A instrução e a Educação do povo estariam submetidas, dentre outros elementos, como o fim da divisão social do trabalho, a um problema muito mais geral como a necessidade de uma revolução social e/ou uma reforma econômica organizadas pelas massas populares.

Dessa forma, mesmo Bakunin sendo um estudioso dos métodos científicos, confere ao povo um conhecimento/sabedoria que lhe é próprio. E que o grau de instrução acadêmica não é um fator determinante para libertação desse povo, pois há no povo um conhecimento que lhe é próprio.

> *"A vida, a evolução, o progresso do povo, pertencem, de forma exclusiva, ao próprio povo. Este progresso não se realiza, é evidente, por meio de estudos livrescos, mas sim por um aumento natural da experiência e do pensamento; transmitido de geração a geração, o progresso evolui por necessidade, desenvolve sua própria substância." (BAKUNIN, 2003, p.245).*

O povo através de seus costumes em comum, de suas tradições de resistência, solidariedade e luta possuem um conhecimento que lhe é inerente por sua condição de vida, por suas condições materiais de existência. Uma espécie de sabedoria popular fruto de suas relações/experiências comunitárias e/ou das relações de trabalho. Um saber fruto da tradição e dos costumes que origina uma consciência histórica/comunitária e saberes específicos referentes a um determinado grupo.

Assim cada povo possui características próprias referentes aos seus traços fisiológicos/étnicos, político-sociais e culturais. Cada grupo, por suas características e costumes em comum e por sua consciência histórica coletiva são mais do que a soma de individualidades, são um povo, que por esta mesma consciência, a vontade popular, possui saberes específicos distintos, nem inferior/superior ao da ciência moderna. Mas saberes específicos próprios que atrelados a determinadas consciências históricas de resistência podem desencadear a negação do Estado/Capital.

> *"Cada povo é um ser coletivo, possuindo sem dúvida propriedades tanto fisiológico-psicológicas, quanto política-sociais, particulares que, distinguindo-o de todos os outros povos, o individualizam de uma certa maneira; mas não é jamais um indivíduo, um ser indivíduo, um ser único e indivisível, no sentido real desta palavra. Por mais desenvolvida que seja sua consciência coletiva e por mais concentrada que possa se achar, no momento de uma grande crise nacional, a*

*paixão, ou o que se chama de vontade popular na direção de um único objetivo, nunca esta concentração alcançaria a de um indivíduo real" (BAKUNIN, 1988, p.50).*

A vontade popular para Bakunin seria a objetivação da consciência coletiva de um determinado grupo, a objetivação da subjetividade de uma comunidade específica a fim de conquistar uma demanda comum. A vontade popular enquanto consciência histórica objetivada é a síntese dos saberes populares adquiridos pela tradição/costume em comum a fim de alcançar um objetivo específico.

Ao analisarmos a questão da educação escolar em Bakunin se apresenta a questão da divisão social do trabalho, que no capitalismo impede a universalização escolar. Pois a divisão social do trabalho no regime do capital impõe aos trabalhadores, longas e cansativas jornadas de trabalho que os impedem de ter o mesmo acesso/permanência à educação do que os setores burgueses. Ao criticar os socialistas burgueses que defendiam a instrução das massas como condição prévia para sua emancipação, Bakunin afirmava:

*"Vocês deixam que o povo se esgote com o seu trabalho cotidiano e em sua pobreza e então dizem: 'Instruam-se!' Gostaríamos de ver como vocês instruem o povo e seus filhos depois de 13, 14 ou 16 horas de trabalho embrutecedor, com a miséria e a incerteza do amanhã como únicas recompensas. Não, senhores. Apesar de nosso grande respeito pela importante questão da educação integral, declaramos que não é isso o mais importante para os povos. Em primeiro lugar estão a sua emancipação política que engendra necessariamente sua emancipação econômica e mais tarde, sua emancipação intelectual e moral" (BAKUNIN, 2003, p.93).*

A subordinação da emancipação econômica à instrução integral/formação humana não está vinculada a uma subordinação da esfera cultural à esfera econômica. Mas as próprias condições materiais de existência que determinariam a capacidade de estudo e cognição das massas trabalhadoras que possuem longas jornadas de trabalho. Até porque como já vimos, para Bakunin as massas possuem uma sabedoria própria fruto da existência/solidariedade dos seus laços comunitários e/ou das suas relações de trabalho.

As condições materiais de existência dos trabalhadores por conta da sua condição da longa jornada de trabalho e a condição de miséria a qual estava submetido a estes e à sua família seria um elemento fundamental na análise de Bakunin para se compreender a impossibilidade da universalização da educação na sociedade do capital. Dessa forma, a emancipação econômica seria um elemento que deveria anteceder à emancipação intelectual e moral.

*"Sim, não há dúvida de que os operários farão todo o possível para obterem tanta instrução quanto possam nas condições materiais em que atualmente se encontram. Mas, sem se deixarem dissuadir pelos cantos de sereia de burgueses e socialistas burgueses, concentrarão seus esforços, antes de mais nada, nesta importante questão de sua emancipação econômica, que deve ser matriz de todas as demais emancipações" (BAKUNIN, 2003, p.94).*

E o conhecimento livresco, por sua parte, distanciado de quaisquer necessidades que o povo precise, não é apenas desnecessário para que esse povo se emancipe, bem como lhe é nocivo quando o intuito lhes é governar, quando se origina das necessidades burguesas. A ciência, portanto, não deve estar acima do conhecimento e sabedoria criadora do povo. E a escola enquanto reprodutora da ciência burguesa não pode ser propulsora da revolução.

Bakunin faz uma analogia emblemática ao falar sobre a criação artística, que não esperou a ciência criar as leis da criação poética para existir, com o poder criativo do povo: "*Mais os povos que criam sua história não são, provavelmente, menos ricos de instinto, nem menos poderosos criadores, nem mais dependentes dos Srs. Cientistas que os artistas!*" (BAKUNIN, 1988). Pois há no povo um poder criador que não precisa da certificação da ciência para poder existir.

A emancipação do povo sob o jugo do capital não passa, portanto, pelo conhecimento acadêmico livresco/escola, pois o próprio povo pela sua experiência e saber coletivo podem desenvolver aptidão/vontade para negarem o capital. Ainda que a libertação/emancipação completa do povo seja necessária o domínio da ciência, essa não lhe é necessária para a destruição do Estado/Capital.

*"Os instrutores, os professores, os pais, todos são membros desta sociedade e estão mais ou menos embrutecidos e desmoralizados por ela. Como é que iriam dar aos alunos aquilo que a eles mesmos falta?! Só se prega bem a moral com o exemplo, e sendo a moral socialista, completamente contrária à moral atual, os mestres, necessariamente dominados mais ou menos pela última, fariam diante de seus alunos o contrário do que pregariam. Portanto, a educação socialista é impossível nas atuais escolas e nas atuais famílias. Mas a educação integral nesta sociedade é igualmente impossível: os burgueses não compreendem que seus filhos se tornem trabalhadores, e os trabalhadores estão privados de todos os meios para dar a seus filhos uma instrução científica." (BAKUNIN, 2003, p.92).*

## 3. O Anarco-Comunismo e o revisionismo dos pressupostos materialistas do Anarquismo

A morte de Bakunin em 1876, imposibilitado de plena militância devido problemas de saúde, ocorreu em um contexto de refluxo político com o fim da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e a hegemonia do Império Prussiano no continente Europeu. No qual o massacre pós-Comuna de Paris ainda amedrontava muitos militantes e muitos outros movimentos seriam sufocados. Esse contexto reacionário, que Bakunin já previra em sua grandiosa obra *O Império Knuto-Germanico e a Revolução Social*, desorganizara todos aqueles setores que até pouco tempo atrás se organizavam na maior experiência de organização dos trabalhadores na História: A Associação Internacional dos Trabalhadores.

**Influenciada pelos desdobramentos políticos e organizativos da AIT, a primeira Revolução Proletária e Socialista da história, a Comuna de Paris, decreta a Intrução Integral como base da Igualdade Social. Afirmando e aplicando: *"Considerando que é importante que a Revolução Comunal afirme seu caráter essencialmente socialista por uma reforma do ensino, assegurando a todos a verdadeira base da igualdade social, a instrução integral a que cada um tem direito e facilitando-lhe a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem seus gostos e aptidões. Considerando, por outro lado, que enquanto se espera que um plano completo de ensino integral possa ser formulado e executado, é preciso decretar as reformas imediatas que garantam, num futuro próximo, essa transformação radical do ensino; A delegação do ensino convida as municipalidades distritais a enviar (...) as indicações e as informações sobre os locais e estabelecimentos melhor apropriados à pronta instituição de escolas profissionais, onde os alunos, ao mesmo tempo que farão a aprendizagem de uma profissão, completarão sua instrução científica e literária."* (Decreto sobre o Ensino, Comuna de Paris, 17 de maio de 1871.)**

A crise de organização política e de massas que abateu os revolucionários nesse período, atingiu em cheio o Anarquismo. Os pressupostos e as teses de Bakunin, que até então guiavam hegemonicamente os setores de massa principalmente dos países latinos europeus serão revistos e revisados. Ainda que se conheça como o primeiro folheto que explicita a corrente Anarco-comunista escrito em 1876 por Dumartheray (Luizetto, 1984), ano de morte de Bakunin, foram Reclus e Kropotkin os principais formuladores teóricos e propagandeadores do anarco-comunismo. São, portanto, os principais revisionistas do anarquismo materialismo Bakuninista.

A reformulação no termo Comunista em oposição ao Coletivismo de Bakunin, deve-se a critica sobre papel da categoria trabalho na sociedade. Conceito esse central para Bakunin e pelos os Coletivistas os quais acreditavam que os bens produzidos pela sociedade deveriam ser repartidos de acordo com o trabalho de cada um. O lema coletivista é: ***"A cada um conforme o seu trabalho"***. Dessa forma, o trabalho dispendido seria uma categoria que permitiria medir/aferir os frutos de cada um sobre o processo produtivo, mas concebendo a todos os instrumentos e os meios do trabalho.

A crítica de Kropotkin ao Coletivismo de Bakunin, o qual desembocará em diversas outras, dar-se no seu principal livro "*A Conquista do Pão*" que até hoje é o livro mais conhecido na bibliografia anarquista. O centro dessa critica é a centralidade do trabalho no processo social que os coletivistas propunha e que Kropotkin propôs superar, vejamos:

> *"'À cada um segundo suas obras', dizem os coletivistas, ou seja, segundo sua parte de serviços prestados à sociedade. E tal princípio se recomenda para pôr-se em prática quando a revolução tenha posto em comum os instrumentos de trabalho e tudo o necessário para a produção! Pois bem; se a revolução social tivesse a desgraça de proclamar este princípio, seria impedir o desenvolvimento da humanidade; seria abandonar, sem resolvê-lo, o imenso problema social que nos legaram os séculos anteriores. Efetivamente, numa sociedade como a nossa, onde vemos que quanto mais trabalha o homem menos*

*se lhe retribui, este princípio pode parecer ao cedo como uma aspiração para a justiça. Mas no fundo, nada mais é do que a consagração das injustiças do passado. Por esse princípio começou o assalariamento, para vir parar às odiosas desigualdades e abominações da sociedade atual." (KROPOTKIN, 2012 p.68)*

Kropotkin que tinha por base uma teoria darwinista social, no qual a humanidade chegaria naturalmente ao socialismo através do apoio mutuo, não conseguiu compreender a duplicidade da categoria trabalho que ao mesmo tempo no capitalismo domina e uma outra sociedade pode libertar. Essa limitação está relacionada na negação de Kropotkin também ao Materialismo e a Dialética (presentes em Bakunin).

O lema Anarco-Comunista de: "***Cada um conforme suas possibilidades a cada um conforme suas necessidades***" reformulou o principio central de aferimento social do coletivismo, o trabalho, substituindo pelo termo pressuposto "necessidade". Como já vimos, o trabalho, para Bakunin, é uma categoria que funda o mundo do homem enquanto homem e permite sua formação em sociedade. Quebrar o estabelecimento do pressuposto da categoria trabalho no processo produtivo humano, pelo termo vazio de conteúdo e desconexo, como "necessidade", foi o primeiro importante passo de levar o Anarquismo para o campo idealista e afastado da luta de classes.

O argumento anarco-comunista relatava que a centralidade do trabalho no processo produtivo iria supostamente criar, depois da revolução socialista, um regime de assalariamento. Os anarco-comunistas esquecem que a propriedade privada e a produção de mercadorias (inclusive o dinheiro) teriam sido destruídas. Mas a crítica a centralidade do trabalho é rebatida com o critério da "necessidade", de forma que essa regulação da necessidade não é clara. Podemos, então, indagar como seria estabelecido o quantum "necessário" a cada um, da mesma forma como seria aferido essa "possibilidade".

*"E se apressam a atemperas seu princípio, dizendo: 'Sim; a sociedade criará e educará a seus filhos! Sim!; assistirá aos velhos e inválidos! Se, as necessidades serão a medida dos gastos que a sociedade se imporá para atemperar o princípio das obras!' De maneira que, depois de ter negado o comunismo e ter-se burlado a suas largas da fórmula: 'A cada um segundo suas necessidades', saímos também com que aos grandes economistas se lhes esqueceram – pouca coisa – as necessidades dos produtores. E se apressam a reconhecê-las. Só que ao Estado lhe incumbirá apreciá-las, comprovar se as necessidades são desproporcionadas com as obras. O Estado dará esmola" (KROPOTKIN, 2012, p. 69; p.70)*

Esses pressupostos levaram o anarquismo a cair em um abstracionismo idealista que pode ser comprovado pelos grandes eventos Históricos. Na Revolução Russa de 1917, os anarco-comunistas limitavam-se a ocupar casarões burgueses e oferecer sopão ao povo em tempo de guerra, sem nenhuma perspectiva de tomar a produção burguesa e de gerir os meios de produção, mas apenas valendo do que era "necessário" a cada um.

A negação da centralidade do trabalho e da dialética que são, ao nosso ver, indissociáveis ao socialismo revolucionário anarquista, teve como consequência prática uma defesa de Kropotkin de que a humanidade poderia chegar "naturalmente" ao socialismo e de que a Educação (esclarecimento) seria peça-chave nesse processo.

É assim que em 1898 os principais nomes do Anarco-Comunismo (Kropotkin, Reclus dentre outros) criaram um comitê de iniciativa para a Instrução Integral no qual tinha por base a ideia de que a educação (inclusive a formal) seria a mola propulsora para a superação do capitalismo. Como podemos ver na carta de tal comitê:

*"O ensino pode ser o mais importante motor do progresso pela diferença direta que ele exerce sobre a eclosão das ideias e sua direção ulterior. Pode tornar-se a alavanca que erguerá o mundo e destruirá para o sempre o erro, a mentira e a injustiça. Seu alcance pode ser imenso, sua missão é nobre e elevada, pois ela deve ter por fim a emancipação da humanidade" (Sáfon, 2003, p.52)*

Como vimos, os revisionistas do Anarquismo utilizaram o conceito de Instrução Integral de Bakunin, no qual seria a base da construção socialista da sociedade futura, e se apropriaram do termo renovando e deturpando de suas bases originais, afim de perseguir seus interesses educacionistas-reformistas na sociedade do capital. Educacionismo esse, como demonstramos, Bakunin combateu com veemência como vimos em sua polêmica com Lavrov.

## 4. Conclusão

Bakunin, coerente com sua proposta, propõe os princípios de uma educação escolar na transição para a sociedade socialista. Com a instrução integral sendo o alicerce desse modelo educativo, e por sua vez a escola como um dos pilares da nova sociedade, ela cumpriria o papel de efetivar a sociedade socialista.

*"A instrução gratuita e obrigatória (para todos), depois as escolas primárias até as mais altas instituições de aperfeiçoamento, teórico e prático, nas ciências, nas letras, nas artes e nas indústrias – Sem outra reserva que a incapacidade absoluta qualquer estudante, e sem que a necessidade (e o direito) para cada um de escolher, depois do ensinamento geral, uma especialidade qualquer" (BAKUNIN, 2000, Sociedade Internacional Secreta da Revolução, Oeuvres Complètes, tradução nossa).*

Para Bakunin, a escola integral na construção da sociedade socialista deve comportar as bases propedêuticas com o ensino das letras, ciências e artes e também o saber prático com o conhecimento industrial. Essa parte prática configurando ainda como parte do ensino e não como parte do trabalho, para que só atingindo a maior idade o jovem possa escolher e dedicar-se a uma profissão específica.

Como já observamos, Bakunin defendia um modelo educacional para todo o povo que pudesse integrar o trabalho intelectual e o trabalho manual, conhecimento te-

órico e trabalhos prático-manuais e/ou fabris. O homem, enquanto ser genérico, só exerceria sua humanidade se tivesse uma formação integral que abarcasse essas duas áreas complementares da formação humana.

> *"Quando o homem de ciência trabalhar e o homem de trabalho pensar, o trabalho inteligente e livre será considerado como o mais belo título da glória para o homem, como a base de sua dignidade, de seu direito, como a manifestação de seu poder humano sobre a terra; - e a humanidade será constituída" (BAKUNIN, 2009, p.53).*

Dessa forma, para Bakunin o caminho da humanização passa pela construção do ***trabalho livre e inteligente***, fruto da Instrução Integral. A instrução integral do homem, com todos desenvolvendo trabalhos teóricos e práticos, seria a construção da humanidade e o fim da escravidão. Pressupõe, assim, que a humanidade tenha superado a divisão entre classes, um trabalho futuro a se realizar após a emancipação econômica das massas trabalhadoras e fim da divisão social do trabalho capitalista. Mas ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a Instrução Integral é uma condição para a efetivação do socialismo.

Como a citação explicita, é justa a reivindicação dos trabalhadores em obterem mais instruções nas condições materiais que se encontram, de longas jornadas de trabalho e pobreza extrema. Mas para aplicar a instrução integral necessitam aprioristicamente se emanciparem economicamente. A emancipação econômica é assim a base da emancipação intelectual.

A instrução integral seria, portanto, um devir-ser da educação, uma meta a ser defendida dentro do capitalismo, uma bandeira a ser empunhada, ainda que não possa ser aplicada nessa sociedade, mas construída efetivamente na sociedade que já realizou sua emancipação econômica. Um modelo não apenas complementar a emancipação das massas, mas necessário para a emancipação completa de todo o povo, na garantia da equidade de condições materiais e de aprendizado a todos, após o processo revolucionário.

A instrução integral é condição sine qua non da liberdade humana, pois só com esta que findará a divisão entre os que pensam e ocupam postos de comando na sociedade e entre os que apenas executam funções laborais. Para Bakunin era necessário criar condições para que todos os homens pudessem executar essas duas funções na sociedade. Assim muda-se concretamente a divisão social do trabalho.

As extensas jornadas de trabalho impedem o trabalhador de ter condições plenas de estudo. O burguês por sua parte, não quer se sujeitar à ação laboral. Há de se obrigar, portanto, que o homem das ciências trabalhe e possibilitar que o trabalhador laboral estude. Essa dupla ação resultaria na própria dissolução do burguês enquanto sujeito/conceito como tal, ao passo que sua condição de burguês resulta no comando das atividades laborais e não em sua execução prática.

A superação da atual divisão social do trabalho capitalista, no qual uns poucos exercem apenas funções de comando intelectual e uma grande massa exerce funções laborais/braçais, só irá ser possível quando os trabalhadores braçais puderem ter acesso ao saber elaborado e os intelectuais realizarem atividades braçais, de modo tal que permita o fim desse grande fosso entre os que comandam e os que trabalham.

O proletariado também se dissolveria enquanto tal, posto que teria/obteria/trabalharia para ter consciência/reflexão do trabalho que executaria, e dos frutos que obtivera em sua produção, superando o trabalho que lhe é indiferente/estranhado. Obtendo, assim, consciência de todo o processo de produção, da elaboração, da execução e do resultado de seu produto, refletindo sobre esse. Seria o fim do trabalho estranhado e do estranhamento social. O encontro entre produto e produtor.

A condição de existência dessa educação que pressupõe o fim da divisão social do trabalho tal como se entende hoje é simultaneamente resultado/resultante da superação da divisão entre as classes. A emancipação econômica seria sua condição primeira de existência. Mas para oferecer as oportunidades equitativas, mesmo que mantendo o princípio da alteridade, para superar definitivamente o abismo entre as capacidades de acesso ao conhecimento que separa hoje a humanidade, faz-se necessário a instrução integral como resultado/resultante, fruto/árvore do socialismo e da liberdade entre os povos.

> *"Com tal educação, igual para todos, com o culto do trabalho como única fonte de direitos e dignidade pessoal, e com a ajuda da potência da opinião pública esclarecida e purificada, os crimes serão uma rara exceção, uma doença, e você não precisará mais de prisões, nem de policiais, nem de carrascos (BAKUNIN, 2000, Oeuvres Complètes, tradução nossa).*

A emancipação econômica aliada à emancipação intelectual decorrente do processo da instrução integral seria a base da construção de uma nova sociedade, o fim da divisão entre os que apenas comandam/pensam e aqueles que apenas executam/trabalham, do fim dessa divisão e o início da instrução das massas decorre, para Bakunin, uma série de questões como a diminuição do crime, a construção criativa da humanidade etc.

O socialismo assim, que tem como condição prévia a Revolução Social e a emancipação econômica que essa provocaria, teria que, para permanecer e para se desenvolver e se efetivar de fato, acabar com a separação não apenas material que divide as classes, mas moral e cultural, consolidando e construindo a instrução integral como condição de efetivação da sociedade socialista futura.

# Os estudantes como categoria ocupacional e a estrutura de classes:

## *Combatendo às raízes teóricas do reformismo e oportunismo*

RECC, protesto pelo passe livre irrestrito. Brasília, 30/maio/2010.

Os estudantes são uma classe social? Essa pergunta poderia parecer completamente sem sentido e sem importância. Pelas definições sociológicas das mais variadas correntes de pensamento, os estudantes não são uma classe social. E é certo que por uma definição científica de classe social, eles não poderiam ser assim considerados.

Mas porque então colocar esta questão? Porque hoje o movimento estudantil, setor estratégico da luta de classes no Brasil e no mundo, é qualificado como "pequeno-burguês" pelos partidos reformistas, que usam de uma base teórica marxista como justificativa para sua política atrasada no movimento estudantil.

Mas como veremos, eles estendem por analogia as definições tricotômicas de classes sociais ao universo ocupacional, criando assim uma aura "cientifica" para um argumento essencialmente oportunista. Vejamos então as contradições dessa caracterização reformista e oportunista e as reais limitações da teoria marxista que lhe serve de base.

Podemos resumir os argumentos de todos os Partidos que se dizem defensores do socialismo (PSTU, PSOL, PCB, PCdoB) tem apontado como principal justificativa o seguinte: **1)** os estudantes são uma classe social, uma classe social de transição entre a burguesia e proletariado e por não serem ligados ao mundo da "produção" são "pequenos-burgueses"; **2)** essa caráter pequeno-burguês ou policlassista do "estudante" cria autolimitações para o movimento estudantil, de maneira que o movimento estudantil não pode ser "revolucionário" e tem de estar subordinado ao movimento "operário".

Dessa maneira, eles apresentam sua política reformista como legítima pela natureza de classe, "reformista" ou "pequeno-burguesa e policlassista" do movimento estudantil. Aqui temos um verdadeiro truque de mágica: o reformismo dos partidos é transformado no reformismo do "estudante em si", que é apresentado como culpado da política de apoio aos governos, da burocracia das entidades e de todos os problemas que são geradas pelas decisões dessas organizações.

Mas esse argumento é marcado por uma dupla contradição. De um lado, a contradição do oportunismo de considerar como classe social uma categoria ocupacional (o que entra em contradição com o próprio marxismo). Ou seja, o primeiro argumento é oportunista porque manipula a teoria. De outro lado, o uso do "determinismo econômico" que cria o mito do "operário revolucionário", desqualificando todos os demais sujeitos sociais é esquecido ao tratar do estudante, já que não se considera sua real inserção nas relações de produção.

Partindo do conceito de classe marxista como o ***estudante***, posição num sistema educacional ou relação de ensino poderia ser assemelhada a uma posição na estrutura de produção e propriedade, base da definição de classes sociais de Marx? Não pode. A categoria estudante não pertence em si mesma a estrutura de classes.

Na definição tricotômica de classes sociais (burguesia, pequena-burguesia e proletariado) ou mesmo dicotômica (burguesia e proletariado), é a posição na divisão do trabalho e relações de produção que são fundamentais. Mas apesar de obvio é necessário dizer que uma sociedade não se resume a divisão dicotômica ou tricotômica de classes. O conceito de classes é central, mas insuficiente para explicar a dinâmica de qualquer sociedade.

Considerar o estudante como classe é tão absurdo ou inconsistente quanto considerar o torneiro mecânico como classe, o metalúrgico ou qualquer ocupação específica vinculada a um ofício ou setor econômico. Marx quando falou do proletariado como classe não falou de uma ocupação especifica. Ele falou de uma relação de produção. O Torneiro, o eletricista, o estudante são ocupações em setores de atividade e não reúnem as características gerais que definem as classes.

Por outro lado, o fato de o estudante não estar diretamente vinculado ao processo produtivo não significa que ele não esteja inserido de diferentes maneiras na divisão do trabalho. Muitos operários não estão diretamente inseridos no processo produtivo (operários, por exemplo, do setor de transporte dentro de empresas produtoras de mercadorias, técnicos em mecânica e em informação). Não estar diretamente vinculado ao processo produtivo não define por si só uma "classe social". Ou seja, aqui essa ideia é mais uma mistificação.

Assim, a aproximação do estudante do pequeno burguês é dada por uma analogia simplista do conceito marxista de classe e contraditório com ele, pois para ser pequeno-burguês não basta não estar vinculado diretamente ao processo produtivo, mas é preciso estar numa ***relação de produção intermediária entre a burguesia e o proletariado, detendo alguma propriedade e capital***. Do contrário, o desempregado, o exército industrial de reserva poderia ser qualificado como "pequeno-burguês" e aí chegamos ao absurdo pela via desse argumento (por isso algumas correntes usam de argumentos esdrúxulos de que camelôs e trabalhadores informais são "pequeno-burgueses").

Mas além do oportunismo e da manipulação grosseira para fazer a realidade justificar a política reformista, existe o problema teórico do determinismo econômico que é uma contradição do marxismo. O que é certo é que o fetiche do operário revolucionário "em si" é parte da teoria marxista. E isso faz com que não se dê importância à luta e experiência de classes, entendendo que a mera contradição lógica capital-trabalho confere o caráter revolucionário ao proletariado industrial.

A necessidade de reafirmar a "centralidade operária" leva a distorções e absurdos, como negar as lutas concretas e os sujeitos concretos através da afirmação desse determinismo econômico. Isso implica na incapacidade de entender a dinâmica que gera a ação coletiva, e a importância da luta econômica para a formação da consciência de classe e inclusive a importância dos movimentos, como o movimento estudantil.

## Os estudantes, sua condição socioeconômica e a divisão do trabalho

As revoltas de 1968 colocaram o movimento estudantil em destaque. Mas apesar das agitações do movimento estudantil terem acompanhado quase todos os processos revolucionários do mundo, talvez a primeira reflexão mais sistemática sobre a relação entre

estudantes e divisão do trabalho tenha surgido dos processos e mobilizações de 1968. De maneira geral, os situacionistas colocaram o seguinte:

**1)** o estudante vive uma situação de transição, mas não entre duas classes, mas entre a vida familiar o mundo do trabalho e da produção, uma transição entre ocupações e gerações;

**2)** as instituições de ensino cumpriam um papel fundamental na formação da força de trabalho, em termos objetivos e subjetivos, de maneira que era preciso problematizar a relação entre as instituições de ensino e o capital-poder. Essa compreensão era essencial para a crítica e formação do movimento estudantil.

Dessa maneira, precisamos olhar para as instituições de ensino levando em consideração essas dimensões. Ao invés de ficarmos nos perdendo nas analises oportunistas, vamos analisar alguns dados sobre a condição do estudante de nível superior brasileiro. Nesse sentido, devemos levar em consideração que não se pode falar do estudante abstratamente, pois como categoria ocupacional (estudar é atividade principal do sujeito durante essa fase de transição entre a vida familiar, a juventude, e o mundo do trabalho e a vida adulta), mas essa formação educacional é condicionada pela sua futura posição no mercado e na divisão do trabalho.

Não podemos considerar as instituições de ensino sem sua diversidade regional, de função (de formação geral ou técnica-tecnológica, básica ou superior) e sua inserção na estrutura produtiva. Iremos supor as seguintes diferenciações: **1)** A diferenciação entre educação básica (fundamental e média) e superior, sendo a educação superior restrita em termos de acesso; **2)** a diferença entre escolas minoritárias de qualidade na educação básica (publicas e privadas) e a grande maioria de escolas da rede publica ultra-precarizada; **3)** a diferença entre universidades publicas qualitativamente superiores comparadas as privadas no ensino superior; **4)** um ensino técnico e tecnológico integrado ao mercado e aos "polos produtivos regionais". **5)** a diversidade regional, de gênero e étnica que restringe o acesso as principais instituições por regiões periféricas e grupos sociais.

Não temos espaço aqui para analisar toda essa diversidade, mas iremos supor sua existência para analisar os dados. Ao analisar o sistema educacional brasileiro, podemos falar de algumas características fundamentais. A PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS IFES, realizada pela Andifes (2003/2004) apresenta dados extremamente importantes. A pesquisa mostra primeiramente a estratificação social (diferença dos estudantes por classes de renda) como podemos ver abaixo.

> *"Os dados apresentados demostram que as IFES têm um contingente expressivo de estudantes (65%) que necessitam de algum tipo de apoio institucional para sua permanência e conclusão dos cursos. São aqueles estudantes pertencentes às classes B2, C, D e E, que tem renda média familiar mensal vaiando de R$ 207,00 a R$ 1.669,00."*

**CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA ANEP - BRASIL**

| CLASSE | Renda Média Familiar (R$) |
|---|---|
| A1 | R$ 7.793,00 |
| A2 | R$ 4.648,00 |
| B1 | R$ 2.804,00 |
| B2 | R$ 1.669,00 |
| C | R$ 927,00 |
| D | R$ 424,00 |
| E | R$ 207,00 |

Fonte: Critério de Classificação Socioeconôica ANEP - Brasil

Mas além desses dados sobre o rendimento dos estudantes, eles reúnem dados sobre a relação dos estudantes com o mundo do trabalho. "*A pesquisa mostrou que 26,3% dos estudantes das IFES exercem regularmente atividade não acadêmica remunerada e outros 9,1% exercem eventualmente*". Quando consideramos o lugar do estudante na reprodução social das famílias, vemos que no caso brasileiro eles não podem "esperar" para se inserir no mercado de trabalho. "*No total 44% dos estudantes participa na vida econômica do grupo familiar, destes 21,3% participa, mas depende da família, 14,3% participa e contribui ou é arrimo de família e 8,5% trabalham para o sustento*". Por fim, essa situação gera efeitos subjetivos, como podemos ver pelas doenças declaradas: "*Os dados da pesquisa mostram que 36,9% dos estudantes das IFES apresentaram dificuldade significativa ou crise emocional durante o último ano. Numa escala de pontuação de 0 a 10, os estudantes indicam as dificuldades financeiras (média de 5 pontos) como a maior fonte de problemas emocionais que interferem na vida e no contexto acadêmico (...) A Região Sudeste se destaca em relação as dificuldades financeiras com a média de 7,4 pontos*".

Podemos dizer que os critérios e os dados da Andifes são limitados. São limitados porque eles não dizem nada diretamente sobre o lugar na estrutura de classes. Também porque consideramos que o critério de estratificação social é assim questionável: a renda familiar média de 7 mil reais esconde o fato das grandes rendas (muito acima de 7 mil reais existirem e seu caráter minoritário), de maneira que mesmo o que é considerado como estrato A2 está mais próximo das demais inferiores do que do A1. E o mesmo o A1 tomando sete mil reais como teto falseia a desigualdade existente entre o estudante filho de um latifundiário e de um funcionário publico de renda superior.

Mas de toda maneira a renda permite inferir a inexistência de renda do "capital". Quando comparamos com os dados do censo da microempresa e avaliamos a renda média de um pequeno empresário, vemos que a renda que qualifica um microempresário é de 200 mil reais por ano no mínimo, o que significa uma renda de 16 mil reais. OU seja, mesmo tomando como parâmetro a renda (e ainda assim apenas a do microempresário) podemos ver que de toda maneira a tese do estudante como pequeno-burguês ou policlassista é absurda.

Além disso, os dados são cla-

ros: *26,3% trabalham e 44% dos estudantes participam na vida econômica do grupo familiar*, de maneira que a vida do estudante de nível superior (o único que poderia ainda ser aproximado da "pequena-burguesia") está já vivenciando a função de trabalhador. Se considerarmos a dedicação exclusiva aos estudos como "privilégio" e como fonte de diferenciação de classe, aí poderíamos considerar parte dos estudantes como pequeno-burgueses – mais ainda assim, com uma extrema violência contra os dados.

O que podemos concluir? Mesmo uma análise rápida mostra o caráter fantasioso e oportunista do fundamento teórico da política reformista para o movimento estudantil. A ideia de que o estudante é uma classe pequeno-burguesa e que por isso não pode realizar uma ação coletiva combativa visa apenas achar um bode expiatório para levar a culpa das decisões políticas dos oportunistas e reformistas.

Assim, a política reformista no movimento estudantil não é "natural". E o movimento estudantil, exatamente por operar numa esfera de transição geracional e ocupacional, é estratégico, pois ele permite formar a consciência de classe desde um momento importante na vida dos trabalhadores. A função do movimento estudantil é assim: **a)** ajudar no desenvolvimento da consciência de classe dos futuros trabalhadores; **b)** formar quadros para o sindicalismo revolucionário; **c)** levar a luta de classes para os domínios educacionais e para a formação do saber.

Na concepção bakuninista, as classes sociais são definidas por sua função nas relações de produção e posição na estrutura de poder e por sua ação. Quer dizer, mesmo considerando a diferenciação entre burguesia, pequena-burguesia e proletariado como central e as relações de propriedade e trabalho como definidoras, sabemos que essa diferenciação de classe não é suficiente para explicar toda a realidade. A própria natureza da divisão do trabalho produz diferenças de atividades e frações de classes. E o processo de trabalho e a vida social geram ocupações e contradições concretas que são a expressão material da luta de classes.

A ação coletiva nunca será uma expressão simples e unitária das contradições de classe e ocupacionais, sempre existirá um maior ou menor grau de heterogeneidade, o que não significa que a ação coletiva não possa ser suscitada pelos grupos revolucionários através de diferentes métodos de mobilização. Por isso é preciso uma análise do lugar dos estudantes na estrutura ocupacional e na divisão do trabalho.

O essencial é que os estudantes, como toda categoria ocupacional não são nem revolucionários nem reformistas "em si". Essas categorias refletem as contradições históricas e são a soma das ações e reações das pessoas históricas concretas. Aprofundar a análise sobre a relação entre educação e trabalho, o papel do estudante na estrutura de classes é fundamental. Mas a tese reformista já foi aqui destruída. Agora cabe lutar para destruir a sua política que emperra a luta classista e combativa dos estudantes.

**Potesto nacional em Brasília em 13 de abril de 2011, entre outras pautas, contra o corte do Governo Dilma (PT/PMDB) de 3,1 bi na educação. Na faixa ao fundo, lê-se "*Abaixo a UNE e a UBES! Avante a Ação Direta Estudantil-Proletária!*", assinada pela RECC - Rede Estudantil Classista e Combativa. Em sua concepção, a RECC se propõe a organizar os estudantes-trabalhadores no Brasil. Realizam, assim, um corte de classe nos sujeitos prioritários a se mobilizar/politizar, e subordinam, programaticamente, a luta pela educação a serviço das causas dos(as) trabalhadores(as).**

# O Levante dos Marginalizados: *análise sociológica dos protestos e manifestações populares no Brasil*

*"Pela flor do proletariado, eu entendo sobretudo esta grande massa, estes milhões de não civilizados, de deserdados, de miseráveis e de analfabetos que o Sr.Engels e o Sr. Marx pretendem submeter ao regime paternal de um governo muito forte... Por flor do proletariado, eu entendo esta carne para governo, esta grande canalha popular que, estando quase virgem de toda civilização burguesa, traz no seu seio, nas suas paixões, nos seus instintos, nas suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua posição coletiva, todos os germes do socialismo futuro, e que só ela é suficientemente forte para inaugurar e para fazer triunfar a Revolução Social"*

***Mikhail Bakunin***

Manifestantes enfrentam "caveirão" da PM, Rio de Janeiro, Junho de 2013

Uma analise teórica é necessária do presente levante popular. A dimensão e significado que o levante assumiu já o torna um dos eventos mais importantes da história da classe trabalhadora e das lutas sociais no Brasil nos últimos 30 anos.

O que o levante popular explicitou? As contradições de classe e os limites do reformismo como política e do marxismo como teoria. A política apresentada por quase todas as organizações marxistas e socialdemocratas, partidos políticos e sindicatos foi contrarrevolucionária. Alinharam-se ao Governo, à Polícia e a mídia burguesa. A sua análise teórica da realidade foi equivocada. Tomaram como principal uma contradição secundária entre "direita e esquerda", que há muito perdeu o conteúdo e ignoraram as contradições de classe e sociopolíticas profundas que se manifestaram. No campo socialista e revolucionário, dentre as poucas organizações anarquistas existentes a UNIPA foi à única que apresentou uma análise teórica coerente com uma prática revolucionária diante do levante popular. A teoria não se improvisa. E agora é preciso, mais do que nunca, uma teoria.

A UNIPA vem desenvolvendo desde 2003 uma série de teses e argumentos que apontavam para como as diferentes contradições sociais e políticas levariam, cedo ou tarde, a formação de movimentos espontâneos da classe trabalhadora, reagindo a contradições estruturais e conjunturais. É exatamente esses argumentos que iremos recuperar agora para analisar o presente Levante Popular. Em 2003, as Resoluções do II Congresso da UNIPA apresentavam nossa análise das contradições estruturais da sociedade brasileira e do nosso capitalismo dependente, em que indicávamos 8 contradições estruturais entre as diferentes frações de classe. Além da contradição capital/trabalho materializada em diferentes frações de classe (ex: proletariado industrial x burguesia industrial), colocávamos o seguinte:

*"Tomando por base todos os dados apresentados, o II Congresso entendeu que seria preciso qualificar as contradições inerentes ao sistema social capitalista, ou seja, que fazem parte da dinâmica das relações sociais e instituições políticas e econômicas, manifestas no cotidiano do país. As contradições, ou os conflitos estruturais da sociedade brasileira podem ser assim resumidos: 4) Burguesia Rural, Pequena Burguesia Rural X Proletariado Rural e Camponeses – dada pelas relações com a terra, as relações de trabalho e os direitos a elas associados. 6) Estado X Proletariado Marginal – dada pela exclusão das relações de trabalho, tendo objetos diversos de disputa, mas envolvendo principalmente direitos sociais e civis. 7) Estado, Burguesia X camadas populares – dada por fatores diversos (políticos, históricos, culturais), envolvendo principalmente direitos sociais e civis e se dá devido ao racismo e machismo existente na sociedade brasileira."* (Resoluções do II Congresso da UNIPA, Março de 2004)

Essa análise de classes visava exatamente traçar o papel das diferentes frações da classe trabalhadora e camadas populares num processo revolucionário e na luta de classe s no Brasil

*"Quais serão então as forças principais da revolução brasileira? O II Congresso, levando em consideração os elementos de nossa teoria, entendeu que no Brasil, existem duas frações proletárias que serão as forças principais: 1) o proletariado marginal: 2) o campesinato. Eles constituem uma massa de pelo menos 47 milhões de pessoas (mais que o dobro das demais frações proletárias da sociedade brasileira). São também a parcela da população em que os níveis de pobreza são maiores e as condições de vida são mais precárias. Não que as demais frações do proletariado gozem de condições muito superiores, mas nestas frações, elas têm graus realmente absurdos. É preciso também definir o que chamamos de força principal. Por força principal, entendemos as principais frações a serem mobilizadas devido: 1) ao antagonismo potencial de seus interesses, expresso pelas condições materiais de existência (pobreza, violência, injustiça) sob que vivem; 2) a quantidade demográfica destas frações, que faz com elas tenham um peso específico pelo fato de serem muito volumosas, logo, poderem mobilizar grandes efetivos e ter um grande potencial político. Segundo nosso entendimento, as forças principais da revolução social no Brasil serão compostas pelo proletariado marginal e o campesinato. O proletariado marginal, ao contrário dos segmentos sociais mais instruídos, engajados na economia formal e auferindo rendimentos elevados, é aquela fração que proporcionalmente menos se engaja em atividades políticas e associativas. Justamente por isso que devemos empenhar nossos esforços no sentido de sua organização e mobilização (Resoluções do II Congresso da UNIPA, Março de 2004)*

De maneira geral, o conceito de proletariado marginal abrangia trabalhadores informais e subempregados. No nosso III Congresso em 2007 ampliamos esse conceito para abranger todos os trabalhadores super-explorados. De maneira geral, esses trabalhadores "marginais" no sistema econômico o são também no sistema político. São marginalizados num duplo sentido. Ao mesmo tempo, são os trabalhadores que são mais vitimados pela repressão e violência policial. Logo, não somente eles são marginais na economia e na vida política, eles são marginalizados legalmente e obrigados a viver no limiar da clandestinidade.

O acúmulo teórico nos permitiu situar essa analise de classes numa teoria do desenvolvimento capitalista. No III Congresso apontamos que o atual período histórico, das reformas neoliberais e reestruturações produtivas, podem ser consideradas como o capitalismo ultramonopolista. Apontamos que a polarização entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo era falsa. Ao mesmo tempo faziam avançar as reformas neoliberais, a reestruturação produtiva e o papel do Estado, especialmente policial. Como podemos ver pelo trecho abaixo:

*"Assim, a reestruturação produtiva e as reformas do Estado, presentes na atual etapa do imperialismo, levam a mudanças*

*nas relações do centro com a periferia e a semi-periferia, e acentua ainda mais a importância da depreciação da taxa de salários como formula de resolver a crise do capital e retomar o crescimento e o desenvolvimento da acumulação de capital. Isso significa que, mais do que nunca, o imperialismo opera especialmente pela super-exploração do trabalho e não pelas trocas desiguais. Mas o traço principal do período ultra-monopolista do capitalismo, é que ele estende mecanismos que estavam presentes na estrutura do imperialismo na época do capitalismo monopolista de Estado, especialmente o "duplo mercado de trabalho" que é um dos principais mecanismos de ação do imperialismo. O duplo mercado permitiu uma segmentação do proletariado por condição socioeconômica, criando um mercado de trabalho relativamente protegido e bem remunerado que correspondia de maneira geral à divisão entre países de centro e periferia (incluída aqui a semi-periferia), ou dentro do centro e da periferia, em um mercado de ocupações bem remuneradas, qualificadas, com garantias jurídicas e socialmente valorizadas, e outras ocupações desprovidas disso. Um dos principais efeitos dessas mudanças em escala internacional é a extensão do proletariado marginal (pelos trabalhadores submetidos à esfera inferior do duplo mercado e formas de acumulação primária). Se o sindicalismo não se colocar a necessidade de organizar a fração do proletariado marginal (terceirizado, precarizado, desempregado, etc.) continuarão reduzidas as possibilidades de avanços na luta da classe como um todo, isso porque a nova fase do capitalismo coloca uma nova estrutura de classe, onde essa fração tem um papel central na acumulação de capital. 74) Podemos dizer que o capitalismo ultra-monopolista se caracteriza pela: 1) Flexibilização (comercial, tributária, trabalhista), o que significa eliminar ou diminuir os regulamentos legais que impedem as empresas de obter o lucro; 2) Internacionalização e concentração de capitais, os setores que até duas décadas eram controlados por monopólios estatais ou empresas nacionais, passam para o controle de multinacionais; 3) Volatilidade – os investimentos realizados podem em razão da flexibilização podem ser retirados pelas empresas a qualquer momento; 4) desestruturação do mundo do trabalho através da terceirização, da precarização e do desemprego estrutural". (Resoluções do III Congresso da UNIPA, 2007)*

Esse duplo mercado de trabalho também gera uma contradição geracional e ocupacional. As reformas neoliberais e reformas do Estado com precarização das condições de trabalho e estudo atingem especialmente a juventude. Ou seja, os estudantes e a juventude não tem e não terão a mesma proteção que certas categorias de trabalhadores têm hoje. Por outro lado, a massa dos trabalhadores super-explorados e precarizados é vista apenas como alvo de políticas compensatórias pelo sistema político. A aristocracia sindical e partidária quer defender seus interesses econômico-corporativos e sua posição no sistema político e entra em antagonismo tanto com o proletariado marginal, quanto com diferentes categorias como a juventude e os estudantes, que não são e não serão detentores dos privilégios da aristocracia sindical e partidária. Daí as contradições entre as burocracias sindicais e partidárias e os diferentes setores mobilizados nos protestos.

Dessa maneira, tínhamos apontado muito claramente que a sociedade brasileira vivia uma contradição estrutural, entre um proletariado marginal e o campesinato x Estado e a burguesia rural. O neoliberalismo e o desenvolvimentismo eram duas políticas econômicas não antagônicas, eram dois instrumentos do imperialismo dentro da sua fase ultra-monopolista. O Governo do PT tinha construído um bloco ou coalizão partidária e de classes sociais, e sua principal missão era realizar a transição plena de um regime político intervencionista (legado pelo varguismo e pelos militares) a um regime neoliberal, como argumentamos em 2005 no comunicado "As Reformas do Governo Lula e as Tarefas do Proletariado". Assim, a polarização PT (intervencionismo) x PSDB (neoliberalismo) era falsa. A luta anti-capitalista deveria ser contra os projetos neoliberais e neodesenvolvimentistas que estavam colocando como contradições sociais principais aquelas do proletariado marginal e do campesinato (o que continua acontecendo).

Apesar do PT ter a hegemonia da maioria das organizações sindicais e de trabalhadores, sempre apontamos que essa hegemonia não anulava as contradições dos setores não–organizados e a possibilidade de movimentos espontâneos e imprevistos. A nossa análise das eleições já vinha apontando como os dados do "Não Voto" indicavam uma profunda marginalização voluntária das massas em relação ao processo político e também um profundo potencial anti-hegemônico e anti-sistêmico existente nas reivindicações econômicas e políticas derivadas das contradições estruturais apontadas acima.

*"Podemos afirmar, ironicamente, que a outra tendência de crescimento nas eleições, além do crescimento petista, é o crescimento do não voto, ou seja, das abstenções, do voto nulo e do voto em branco. Já temos elementos para afirmar que o não voto é uma variável estrutural do processo eleitoral e consequentemente, da luta de classes no Brasil. (...) O Brasil possui cerca de 138,5 milhões de eleitores segundo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No primeiro turno das eleições municipais de 2012, 23milhões de brasileiros se abstiveram do processo eleitoral, o que representa 16,6% do total de eleitores. Os votos nulos foram 9,1 milhões e os votos brancos 3,8 milhões. Ou seja, o "não voto" representou 35,9 milhões de brasileiros, cerca de 25,9% do total de eleitores. (...) Os números do não voto são ainda mais significativos quando analisamos alguns casos específicos. No primeiro turno das eleições na cidade de São Paulo, o não voto totalizou 2,3 milhões de paulistanos, superando os dois candidatos que foram para o segundo turno (...)Na capital fluminense o totalizou 1,4 milhões dos eleitores. O prefeito reeleito no primeiro turno, Eduardo Paes (PMDB), recebeu 2 milhões*

*de votos e o segundo colocado, Marcelo Freixo (PSOL), recebeu pouco mais de 900 mil votos. Em Fortaleza o não voto chegou a 353 mil eleitores, contra 318 mil votos de Elmano (PT) e 291 mil de Roberto Claudio (PSB). Poderíamos dar outros exemplos e o resultado seria o mesmo: o crescimento significativo do não voto nas eleições. (...) Os comentaristas políticos da mídia burguesa também abordaram o tema, procurando explicações a partir de perspectivas liberais e idealistas, afirmam que o abstencionismo é resultado do desencantamento da população com a política. Setores reformistas e marxistas qualificam o não voto como sendo "alienado", ou seja, ou como resultado da ignorância ou do apoliticismo. (...) Para a teoria bakuninista, um fenômeno social e político não podem ser explicados de maneira tão simplista e a partir de pressupostos idealistas. Ainda não existem condições para uma análise mais profunda do fenômeno do não voto, mas com os dados disponíveis é possível tecer considerações e chegar a algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar, como já afirmamos, a recorrência do não voto e o seu crescimento nos permitem afirmar que estamos diante de um fenômeno estrutural, ou seja, é parte integrante da luta de classes no Brasil contemporâneo. Em segundo lugar, o não voto está longe de ser uma expressão da alienação política ou o simples resultado da despolitização.* ***Antes, é uma expressão difusa de contestação da ordem instituída; um questionamento da legitimidade do poder político estatal. Trata-se de um potencial antiestatista, fruto do atual contexto da luta de classes no Brasil marcada pela crise do governismo****". (Comunicado No 36, Dezembro de 2012)*

Ou seja, os dados acima ajudam a mostrar como existia uma recusa das massas a política burguesa e ao sistema político estatal. Também tínhamos desenvolvido o argumento de que o Governo do PT e a coalizão partidária e social estavam perdendo os instrumentos de cooptação. Desde 2010 no nosso IV Congresso apontávamos claramente nessa direção.

*"As perspectivas de médio prazo indicariam (caso a crise econômica se confirme e os demais fatores políticos e econômicos se mantenham inalterados) que um futuro e provável Governo Dilma terão condições menos favoráveis que as atuais. E terá de assumir o confronto contra os interesses dos trabalhadores, reduzindo o déficit fiscal que tenderá a crescer e protegendo os interesses dos latifundiários e do próprio capital associado. Mas a questão é que isso pode acontecer em um ano ou em quatro, cinco, dependendo da evolução dos fatores econômicos e políticos. Temos então dois cenários distintos dentro do atual contexto de crise, o de curto prazo e o de médio prazo. No curto prazo o setor reformista e governista (PT e PCdoB) sairá fortalecido na conjuntura de crise. No médio prazo, é possível que mais uma vez o bloco governista tenha que coordenar um ataque à classe trabalhadora (como foi na ocasião das reformas de 2003). E essa seria uma ocasião para a criação de uma alternativa nacional de sindicalismo, um sindicalismo de tipo revolucionário de massas" (Resoluções do IV Congresso, Março de 2010)*

Ou seja, o desgaste do PT, da sua coalizão social e política e da capacidade do reformismo partidário e sindical em responderem ou gerirem as contradições sociais já estavam se acumulando e demonstrando seus limites. A eclosão de um movimento espontâneo sempre figurou como uma variável na nossa análise como podemos ver nas Resoluções da II Assembleia Nacional (Fevereiro de 2012) em que apontamos o seguinte:

*"Ao mesmo tempo, o novo ciclo de luta de classes na Europa (2008-2011) e na África (2011-2012) serve também para mostrar as limitações dos movimentos de massa e possíveis questões para a luta de classes no Brasil. No caso da Europa, os heroicos protestos dos insurrecionalistas gregos são uma lição para todos os trabalhadores do mundo (...) O mesmo acontece na Espanha (com os protestos da juventude desempregada) e França (com a população da periferia e imigrante). Os ciclos de luta têm levado a um avanço da reação e nazi-fascismo: o ataque nazista na Dinamarca contra o Partido Socialista acobertado pelo Governo e o crescimento do nazismo no leste europeu provam isso. Assim, o avanço da crise gera uma dialética ascendente de revolução/reação. É preciso levar a sério essa situação, pois elas sempre tenderam a se mundializar. (...) O Governo Dilma está aprofundando o abismo com os movimentos sociais. Estão se criando as condições para uma segunda crise do governismo, só que essa mais profunda. Pois dessa crise ou irá surgir uma ofensiva burguesa avassaladora que contará com o apoio explicito da CUT e CTB ou* ***desencadeará movimentos espontâneos que sofrerão a pressão dessas forças****." (2ª Assembleia Nacional, fevereiro-março de 2012)*

Foram exatamente essas contradições que se explicitaram no Levante Popular de Junho de 2013 em várias regiões do país. A espontaneidade do levante está diretamente ligada às contradições sociais e econômicas estruturais que o produziram e uma serie de fatores sociológicos que explicam como esse levante começa com mobilizações estudantis que expressavam uma cisão entre entidades governistas ou ligadas a forças governistas (explicitando as tensões geracionais entre a juventude e aristocracia sindical e partidária) e rapidamente é transformada num movimento de massas depois das brutais repressões policiais (explicitando as contradições latentes entre o Proletariado marginal x Estado). Os Fóruns de Luta pelo Transporte (RJ) e o Movimento Passe-Livre (SP) expressaram assim a crise dentro do governismo. Muitas entidades estudantis ligadas ao governismo convocaram as mobilizações. Mas foi a repressão estatal que deu ao movimento um caráter de massas e de confronto que não tínhamos testemunhado no Brasil.

Depois da repressão policial em São Paulo o eixo dos atos e sua forma de ação se modificaram. A massa radicalizou e apresentou a contradição com o Estado. São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza rapidamente assumiram destaque

**Os militantes identificados como Black Bloc tiveram/tem uma aparição em escala nacional e tem sido alvo de perseguições. A polícia e os governos tentam colocá-los na prisão como criminosos. Partidos como o PT, PSOL e o PSTU e as direções sindicais pelegas fazem o mesmo. Tentam fazer a crítica de que os Black Bloc "atrapalham" as ações de massa. Esta esquerda oportunista ataca o Black Bloc e toda a forma de violência de massa porque ela precisa mostrar que respeita os limites da ordem burguesa. A tática Black Bloc é apenas uma dentro da história da luta dos trabalhadores. A tática do Black Bloc e sua dimensão defensiva e ofensiva podem e devem ser integrados por uma estratégia revolucionária. A massa de trabalhadores marginalizados está nos ensinando e criando condições para mudanças sociais efetivas no Brasil. Sem o uso dessa tática, da violência de massas, não existe revolução. Porém, somente a violência de massas sem uma organização e um programa não é suficiente. Corre-se o risco de transformar o "meio em fim". Ou ainda considerar as ações de violência de massas como uma encenação, para satisfazer o desejo individual de expressão. Por isso é preciso e devemos evitar dois erros: o pacifismo contrarevolucionário; e o mito da violência como um fim em si. A tática Black Bloc precisa se integrar na Estratégia do Sindicalismo Revolucionário, uma organização de massas que eduque e politize, ao mesmo tempo que lute contra a burocracia sindical e dos partidos políticos.**

exatamente porque acumularam contradições estruturais e conjunturais: **1)** as contradições estruturais, entre os interesses do proletariado marginal e das camadas populares x Estado, já que essas cidades estão entre aquelas com maiores índices de violência policial do Brasil, desigualdade e racismo; **2)** como vimos, são cidades também em que a marginalidade em relação ao sistema político é extremamente significativa, expressa pelo "Não Voto" como um componente difuso da consciência popular; **3)** conjunturalmente, são cidades Sedes da Copa das Confederações e da Copa do Mundo em que o custo de vida e do transporte aumentou significativamente, de maneira que a massa sabe que sua qualidade de vida diminui na proporção em que os investimentos públicos na Copa do Mundo aumentam. Ou seja, o Levante é espontâneo. Mas as contradições que o produziram já vinham se acumulando e nós apontamos por diversas vezes que essa situação estava se delineando de forma cada vez mais clara. Assim, a contradição Estado X Proletariado Marginal dá um caráter de classe e anti-estatista que pudemos observar em grandes setores da massa e por suas palavras de ordem anti-militaristas e contra a polícia. O mesmo se deu pela ação direta de resistência e confronto com os símbolos e as forças policiais do poder de Estado.

Do ponto de vista sociológico, um movimento de massas de milhões de pessoas nunca é homogêneo. Mas podemos dizer que eles se dividem em pelo menos três grandes formas de abordagem: **1º)** do ponto de vista da composição de classe, o levante popular reuniu especialmente o proletariado marginal, e todas as demais frações de classe (proletariado industrial, proletariado dos serviços e também setores da pequena burguesia urbana e aristocracia operária); **2º)** do ponto de vista da composição ocupacional, o movimento estudantil e os trabalhadores não-organizados estiveram na vanguarda das mobilizações e compuseram a grande massa nas ruas; **3º)** do ponto de vista das reivindicações e programa, predominaram as reivindicações por transporte, saúde e educação pública, o que mostra como as reivindicações econômicas de natureza coletiva predominam sobre a de natureza corporativa.

Esse conjunto de fatores marca que desde o ponto de vis-

ta da composição de classe, das contradições estruturais e conjunturais e das reivindicações existe um potencial antagonismo anti-hegemônico e anti-sistêmico no levante popular. Pois questionam a privatização dos serviços públicos e sua subordinação ao capital, anulando os direitos sociais dos trabalhadores. O anti-partidarismo (que tem diversas bases, inclusive uma tentativa de grupos de direita de fortalecer o Estado e negar os "partidos") não foi expressão de uma percepção "conservadora", mas sim das contradições de classe e estruturais da sociedade brasileira e da condição de marginalidade em relação ao sistema político. As massas são heterogêneas. Mas o maior contingente mobilizado, excetuando a pequena burguesia e setores reformistas das demais frações e categorias, estão em contradição estrutural com "a direita e a esquerda", com o sistema político, o regime econômico e as decisões e pacotes de política econômica. Uma entrevista realizada com um manifestante que participou das ações de resistência e do "quebra-quebra" em Porto Alegre ilustra perfeitamente nossos argumentos:

> ***CMA – Queremos saber mais sobre a tua vida. Tu é de onde?***
>
> ***João*** *– Tenho 23 anos e nasci na região metropolitana de Porto Alegre. Mano, terminei os estudos faz um tempinho. Nunca nem pensei em ir pra faculdade porque tive que trabalhar cedo. Nunca tive um emprego decente.*
>
> ***CMA – O que tu faz pra viver?***
>
> ***João*** *- Vivo de bico. Já vendi DVD, entreguei água e fui balconista em papelaria. Trabalho e não tenho grana para nada. Tudo está cada vez mais caro, e a gente vai ficando cada vez mais pobre. Enquanto isso no lado rico da cidade, os políticos enchem os bolsos e andam de namoro com os empresários graúdos, dono de empresa de ônibus, empreiteiro… obra superfaturada, suborno, e a gente de baixo cada vez mais fodida. Isso é injustiça! Isso é violência! Quem se dá conta da sacanagem, começa a ficar indignado.*
>
> ***CMA – Tu é filiado a algum partido ou organização? Está ligado a algum grupo de contracultura?***
>
> ***João*** *– Não sou de partido nenhum. Detesto todos os partidos do mesmo jeito. São todos um bando de safados competindo entre si para nos enganar. Eles não me representam. Também não tenho organização, tenho uns amigos que são punk e também gosto de hip-hop. Se vou para as manifestações vou junto com amigos e vizinhos. A gente fecha uma galera e vai. A gente se cuida, e cuida para não ser reconhecido nem pego.*
>
> ***CMA – Por que você tu preferiu a forma de manifestação violenta ao invés de se manifestar pacificamente, como os jornais e a maior parte das pessoas defende?***
>
> ***João*** *– Se eu to me sentindo violentado pela forma como sou tratado, se to sendo atacado por que eu que to em baixo, sou eu que tenho que ser o pacífico? Ninguém tem cancha para dizer como eu tenho que me manifestar, porque ninguém aprende pela minha pele. Só eu sei pelo que tenho passado pela falta de grana. Com a passagem subindo eu perco meu direito de ir e vir, e não tem lei que proíba a gente de passar fome. (Entrevista realizada pelo Centro de Mídia Autônoma – http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2013/06/520365.shtml)*

A contradição desses protestos é também com a política reformista e social-democrata, seus métodos de ação parlamentaristas e suas reivindicações corporativistas. O levante popular questionou ao mesmo tempo o fundamento dessas organizações e explicitou todas suas contradições e limites. Nesse sentido, toda tentativa de qualificar os protestos e o levante popular como um todo de estar sendo ganho pela "direita" só mostra a incapacidade do marxismo e reformismo brasileiro. Por outro lado, a burguesia tenta se apropriar de um movimento que ela ajuda a produzir. E isso será ineficaz. Ou seja, esse movimento tende a se reproduzir na marginalidade em que ele surgiu até se formar uma força revolucionária capaz de potencializar sua expressão.

O levante popular tem suas raízes nas contradições de classe, nas contradições com o Estado e nos efeitos que o modelo de desenvolvimento capitalista e a crise mundial começam a produzir. Por outro lado, o levante parece marcar o nascimento de um novo sujeito sociopolítico: o proletariado marginal se constituindo na ação coletiva e de massas, marcando assim a emergência de um novo sujeito histórico com potencial revolucionário. Mesmo que a aristocracia sindical e partidária consigam desmobilizar os protestos agora e aprofundar o caráter policial do Estado, eles não eliminarão essas contradições estruturais e, logo, outras explosões serão questão de tempo e lugar.

Diante do Levante Popular, consolidou-se a ruptura desse sujeito sociopolítico e suas manifestações concretas com a aristocracia sindical e partidária e o sistema político burguês. Também marcou a emergência do anarquismo como referencia para as massas, seja através da ação direta anarquista, seja através da luta da burguesia contra o anarquismo (através da campanha de criminalização). Além disso, esse processo está possivelmente marcando o início de um novo ciclo histórico. A emergência das lutas, dessas formas de ação e organização são estruturais. Mesmo com um refluxo temporário, essas questões irão marcar a dinâmica da luta de classes no Brasil.

É importante situar também esse Levante, quase que essencialmente urbano e metropolitano, dentro das demais lutas. Porém

> *"Em primeiro lugar temos de situar historicamente os protestos. Podemos dizer que o Governo Lula teve instrumentos de contenção dos movimentos sociais. Tanto macroeconômicos quanto políticos, de cooptação. A partir da posse de Dilma esses instrumentos entraram em processo de deterioração. As lutas dos operários das grandes obras, as lutas dos indígenas. Depois a grande greve do funcionalismo público e das univer-*

*sidades de 2012. A greve das universidades e a participação do movimento estudantil na luta contra o Governo Dilma preparou em parte o terreno para as lutas que eclodiriam em 2013. Muitos militantes de hoje foram formados nessas jornadas (...) Os atos foram direcionados para dois alvos principais: os mega-eventos, ou seja, o modelo desenvolvimentista do PT e contra os núcleos do poder estatal. Devemos fazer uma análise dos acontecimentos e questionar a campanha burguesa de criminalização da ação direta popular. Devemos situar a eclosão dos protestos violentos no quadro histórico recente. (Viva o Levante Popular, 20/06/2013)*

Logo, não podemos esquecer que as lutas no campo já estavam se dando, opondo um campesinato indígena e o proletariado rural aos efeitos do modelo de desenvolvimento capitalista no campo. O modelo de desenvolvimento capitalista está colocando assim as contradições no campo e na cidade, criando as condições para um novo tipo de aliança operário-camponesa. O levante popular somado as contradições e lutas no campo marcam o início de um novo ciclo histórico e de lutas sociais, em que as contradições de classe colocarão em rota de colisão o proletariado marginal, o campesinato e o Estado e seu modelo de desenvolvimento capitalista.

Isso aumenta nossa responsabilidade histórica. Qual a tarefa dos anarquistas revolucionários ante essa nova conjuntura? A nossa linha foi traçada desde 2010:

*"Será justamente o trabalho das oposições, orientadas corretamente por uma linha de massas combativa e classista, desgastando o governismo e o reformismo, que construirá as condições necessárias para a conformação de um movimento nacional de oposições sindicais-populares-estudantis. A constituição de tal movimento é tarefa importante para unificar os militantes combativos e aplicar corretamente uma política de reorganização das lutas proletárias. O primeiro poder que os trabalhadores têm que conquistar é o poder sobre suas próprias organizações, isso é autonomia. Essa organização visa impulsionar as lutas e dar um direcionamento especifico por meio de um programa de reivindicações e táticas diferenciadas de ação e organização; a ação direta no local de trabalho, a greve geral e as organizações intercategorias de base. Esse tipo de organização assumirá a forma de oposições, mantendo sua forma de organização diferenciada das entidades representativas dos trabalhadores. Para isso devemos ter clareza que as centrais e a maioria dos sindicatos serão possivelmente veículos para paralisar e combater a luta dos trabalhadores. (...) Mas a critica não se transforma em niilismo e imobilismo. Transforma-se numa linha de ação alternativa. Como os Sindicatos e demais organizações de trabalhadores se encontram sob tutela do Estado e controlados pela burocracia, uma palavra de ordem fundamental será a convocação de Comissões de Base. Essas Comissões devem ser criadas em cada local (empresa, unidade produtiva, unidade de ensino, unidade de trabalho rural) para juntar o que o capitalismo fragmentou: as diferentes categorias ocupacionais e ofícios, os trabalhadores temporários e permanentes, precarizados e integrados. O objetivo único dessa forma organizativa é o de realizar a luta por meio da Greve, Boicote e demais formas de Ação Direta. Coordenando todos os trabalhadores e/ou estudantes na Base. Essas Comissões de Base devem convocar assembleias e reuniões de todos os trabalhadores sempre que o sindicato ou associação de representação se apresentar inoperante ou abertamente contrários à luta de classes. Essas comissões são formas temporárias, irão representar uma forma de ginástica de sindicalismo revolucionário, ou seja, exercitar e fortalecer nos trabalhadores a estrutura de consciência de classe e o corpo organizativo por meios de organização informal. Esse caráter temporário reflete um momento do desenvolvimento da força coletiva do proletariado, já que o objetivo é fazer com que essas organizações tornem-se perante os trabalhadores expressão do seu poder organizacional e consequentemente expressão permanente de sua representação. Mas isso não se dará artificialmente, mas a partir de recorrentes experiências de luta através dessas formas organizativas. A convocação das Comissões de Base será assim o a tática para o próximo período, como forma de criar focos de resistência e oposição nos sindicatos dominados pela burocracia pelega e oficialista ou então totalmente tutelados pelo Estado. Levantar as Barricadas! É a palavra de ordem da tática antiestatista e anti-neoliberal para agrupar os trabalhadores em torno do programa econômico-reivindicativo e político-organizativo. E a Barricada é construção das oposições e das Comissões de Base, como alternativa à capitulação das centrais sindicais e dos movimentos sociais e estudantis. (Resoluções do IV Congresso, 2010)*

O combate ao reformismo através das oposições, impulsionando a auto-organização da classe é essencial. Deixar que a massa fique à mercê dos reformistas e do aparelho repressivo de Estado, da ofensiva burguesa é um crime. A espontaneidade não está em contradição com a organização. A auto-organização é o prolongamento da espontaneidade sob formas mais elaboradas e duradouras. Nesse sentido, a tarefa de todos os revolucionários é se lançar nesse trabalho de construção de uma alternativa de organização de massas classista e internacionalista.

Dessa maneira, a tarefa imediata é a construção pela base, a única saída classista e combativa dentro dessa conjuntura. A luta não começou agora, mas foi elevada a um novo patamar. As massas avançaram. Agora nossa tarefa é nos elevarmos até seu nível e conseguir enriquecer sua experiência com uma teoria e um programa que esteja à altura dessas lutas. No futuro, construir a aliança entre o proletariado marginal e o campesinato. Nesse momento a tarefa é aprofundar a auto-organização dos trabalhadores.

**Anarquismo é Luta! Todo poder às comissões, organizações e assembleias de base!**

# Anarquismo e Questão Agrária

O debate sobre a questão agrária teve um lugar decisivo na história do socialismo e das revoluções. No campo do marxismo, este debate teve suas posições derivadas da posição de Marx, Engels, Kaustki e Bernstein na social-democracia e depois sendo reformulada por Lenin e Mao-Tse-Tung. Além dessas posições, um setor "nacionalista" e republicano também teorizou a questão agrária e o lugar dos camponeses na revolução (do qual o modelo foi o "populismo russo"). Seja para o marxismo, seja para o republicanismo nacionalista burguês, o campesinato sempre teve um lugar "instrumental" na política, como veremos.

Pouco se conhece sobre a contribuição decisiva do anarquismo e das teses coletivistas para a formação dos movimentos sociais camponeses e a luta dos trabalhadores rurais. E ao contrário do nacionalismo e da social-democracia, para o anarquismo o campesinato e os trabalhadores rurais cumprem um papel fundamental na revolução não somente como força de apoio, mas como sujeitos construtivos. Essa diferença na forma de entender a questão agrária e o lugar do campesinato na política revolucionária é um dos principais elementos a marcar a diferença entre bakuninismo e marxismo e entre a teoria anarquista da revolução e as concepções comunista e burguesa.

### 1 – Marx e Bakunin: o camponês como modo de produção arcaico X o trabalhador explorado

As diferenças sobre o lugar do campesinato e a questão agrária estão ligadas a todas as principais diferenças da teoria de Proudhon e Bakunin, para quem o campesinato constitui parte da classe trabalhadora, e Engels e Marx, para os quais o campesinato ou é parte de um modo de produção arcaico ou, quando unidade de produção moderna (caso Francês), uma "classe pequeno burguesa".

A posição de Marx e Engels se forma por uma dupla base. De um lado, sua concepção de evolução histórica em que a "comunidade

Manifestação de camponeses, Guerra Civil Espanhola, Barcelona, 1936.

primitiva" era uma unidade social indivisa. Essa comunidade primitiva se baseava no trabalho agrícola. O trabalho "simples" agrícola é rompido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Esse desenvolvimento das forças produtivas implica em dois processos: de um lado, economicamente implica a divisão do trabalho e aperfeiçoamento das forcas produtivas, por outro lado a individualização.

Dessa maneira, Marx e Engels entendem que a comuna primitiva passa por uma evolução e o campesinato quando retirado da condição de atraso econômico é levado a uma posição "individualista", resultante da sua relação com a propriedade "parcelar" (individual) da terra. O camponês na visão de Marx teria assim uma propensão inata, determinada economicamente, ao conservadorismo político. É importante observar que esse juízo de Marx não deriva de uma análise de conjuntura. Na realidade ele leva para a análise da história da revolução de 1848, mas está amparada na sua concepção global:

> *"Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família".* (Marx, 1984[1852).

A síntese da visão marxista está na ideia de que o capitalismo tende, por estar fundado na propriedade privada dos meios de produção: **1)** a concentração de capitais; **2)** a separação e divisão da sociedade em duas classes, de capitalistas e proletários. Marx também aponta que a economia política toma a propriedade privada como fato e estabelece as leis supondo este fato como dado, não explicando as leis da propriedade privada. Podemos ver isso abaixo:

> *"Aceitamos como premissas a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, assim como também de salários, lucro e arrendamento, a divisão do trabalho, a competição, o conceito de valor de troca, etc. Com a própria economia política, usando suas próprias palavras, demonstramos que o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acumulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, que a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades". (Manuscritos Econômicos e Filosóficos)*

Marx define a economia política como a ciência da propriedade dos processos de acumulação. Logo, o foco é como o trabalho é subordinado à propriedade ao capital e é alienado. Por isso o camponês ocupa um lugar no sistema teórico do marxismo difícil de ser modificado. O trabalho do camponês com a inevitável evolução do capitalismo, não sendo igual ao da comuna primitiva, não tem a "vantagem social" de ser "comunitário", mas tem a desvantagem técnica de ser "agrícola" e "atrasado". Assim, o campesinato surge como parte do processo de desenvolvimento da divisão do trabalho e a emergência do capitalismo coloca o campesinato numa condição de arcaísmo em face do capitalismo, de isolamento e submetido à pressão do desaparecimento em razão da lei de concentração de capital. Marx chega à ideia de que o camponês por ter uma relação jurídica de propriedade, esta determina sua relação de produção e logo sua condição de classe burguesa ou pequeno-burguesa e sua tendência individualista.

Proudhon e Bakunin definem a economia política como a ciência do trabalho. Ou seja, como o trabalho é fonte de liberação do homem frente à natureza e a exploração. Proudhon e Bakunin, ao considerarem que o fato do camponês trabalhar a terra e ser explorado (mesmo quando detentores de algum título de propriedade ou explorarem a terra individualmente), são trabalhadores por terem no trabalho o centro da sua existência material e manterem uma relação de antagonismo com os exploradores.

Na concepção anarquista de Proudhon e Bakunin não existe nem a visão do determinismo econômico, nem a ideia de que a comunidade primitiva indivisa era um modelo de "coletivismo". Nessa visão, não são as forças produtivas que determinam sozinhas a evolução da sociedade. O trabalho e a luta pela existência guardam um papel fundamental na evolução histórica e por isso não se pode conceber uma história que é determinada exclusivamente pelo econômico e pelas forças produtivas. O Trabalho é sujeito da transformação e nesse sentido o capital (acúmulo técnico) não determina somente a transformação da "comuna primitiva em formas camponesas e industriais de exploração". Ao mesmo tempo em que se reconhece a tendência do capital a concentração e centralização, não se atribui a isso um papel necessário e nem se assume que é dever das organizações apoiar esse desenvolvimento do capitalismo (no marxismo o capitalismo é algo desejado e defendido pois seria uma forma mais avançada de socialização e produção que as formas arcaicas de propriedade feudal e camponesa).

É nesse sentido que Bakunin irá afirmar também que os camponeses não podem ser considerados como uma pequena burguesia, porque na realidade o determinante da sua condição socioeconômica é o trabalho. Isso irá se expressar na sua visão da revolução mundial e como a **aliança operário-cam-**

**ponesa** seria o núcleo de toda sua teoria da revolução (Sociedade Secreta Internacional).

### 2 – O "Mir" russo: anarquistas e comunistas ante a reforma e revolução no campo

O grande debate teórico que lançaria as bases da questão agrária se daria dentro da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), especialmente no período 1872-1873, quando uma década depois da abolição da servidão na Rússia existia uma discussão nos meios intelectuais russos sobre os destinos econômicos e sociais do país. Os intelectuais radicais, a juventude e parte dos militares eram influenciados pelas ideias do Ocidente, tanto os ideais liberais franceses, quando a filosofia alemã e também pelo socialismo.

Devemos observar que o movimento revolucionário russo se aproximava da AIT já depois da cisão do congresso de Haia e do congresso de Saint-Imier, de forma que duas posições teóricas e políticas completamente distintas se ofereciam. O republicanismo e o liberalismo russo passariam a dividir espaço com as interpretações do marxismo e do bakuninismo.

E exatamente no debate sobre o destino do Mir russo que Bakunin e Marx delinearam suas posições de forma clara e categórica sobre a questão agrária e lugar do campesinato na revolução. Vejamos como isso se coloca.

*"De que maneira as pessoas honestas podem modificar a vida material do povo? Elas não têm de forma alguma o poder, e o Estado, como tentaremos demonstrá-lo mais à frente, é incapaz de melhorar a condição material do povo; a única coisa que o Estado pode fazer em seu favor é dissolver-se, desaparecer, visto que sua existência é incompatível com a felicidade do povo, felicidade que só poderá ser criada pelo próprio povo. O que podem fazer seus amigos? Levá-lo a um movimento e a uma* ***ação autónomos, antes de mais nada - afinal precisamente os*** *defensores de boa fé da tendência da qual acabamos de falar -, indicar-lhe as vias e os meios que o conduzirão à emancipação.*

*"Vias e meios podem ser de dois tipos: uns, puramente revolucionários e visando direto a organização de uma insurreição geral do povo; outros, mais pacíficos, abordando sua emancipação por uma transformação de forma sistemática e lenta, mas ao mesmo tempo radical, de suas condições de* ***existência****.*

*"Ora, o que podem fazer as pessoas honestas para levar nosso povo ao caminho de uma lenta mas radical transformação de suas condições materiais? Criar cátedras de sociologia no campo? Em primeiro lugar, o governo vigilante e paternal não o tolerará; em segundo, os camponeses, infelizmente, não com-*

**Marcha Nacional contra o ACE - Acordo Coletivo Especial, Brasília/DF, 24 de Abril de 2013. Diversas entidades sindicais, do campo e da cidade, se fizeram presentes. A União Popular Anarquista - UNIPA, em mais uma oportunidade, pautou a defesa da "Aliança Operário-Camponesa" como elemento da Revolução Socialista conforme a teoria bakuninista.**

*preenderão em absoluto nada e trocarão dos professores. (...) Esta ação não pode ser outra coisa senão a formação de associações artesanais e de sociedades cooperativas de empréstimos, consumo e produção, sobretudo estas últimas, mais diretamente do que as outras indo no sentido do objetivo: a emancipação do Trabalho da dominação do Capital". (Bakunin, Estatismo e Anarquia)*

Desta maneira Bakunin estava colocando duas respostas simultâneas para a pergunta, que fazer?, que a juventude russa estava se colocando. Dessa maneira, ele questionava tanto a política liberal e individualista que queria melhorar a vida do povo através da "popança", quanto o salvacionismo pela educação. E aqui é o elemento fundamental. Logo, tratava-se de levar outro tipo de organização aos camponeses, que possibilitasse sua ação autônoma e permitisse a sua entrada num processo de antagonismo com o Estado e o capital.

O debate de Marx e Bakunin explicita já como o marxismo foi recebido com profundas críticas na Rússia. Nós temos o primeiro movimento sistemático de questionamento a concepção de história de Marx, que é percebida como linear mesmo dentro de setores de oposição (democrático, socialista) e que não contemplava as alternativas políticas para a Rússia. No caso, temos o questionamento de Vera Zasulitch e a resposta de Marx que aponta a possibilidade de um desenvolvimento não-capitalista na Rússia a partir da "comuna rural", que poderia ser o elemento econômico de regeneração da Rússia.

*"Recuando-se bastante encontra-se por toda parte na Europa Ocidental a propriedade comum de um tipo mais ou menos arcaico e em toda parte ela desapareceu com o progresso social. Por que somente na Rússia ela haveria de escapar à mesma sorte? Eu respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstancias a comuna rural ainda estabelecida em escala nacional pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional e justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta última sem passar por suas peripécias terríveis. A Rússia não é isolada do mundo moderno. Nem é presa de um conquistador estrangeiro como as Índias Orientais". (K. MARX - )*

Ou seja, Marx considera a comuna e o campesinato apenas como forma de produção arcaica. Essa possibilidade se dava principalmente em razão da "simultaneidade" da existência da Comuna com o Capitalismo no Ocidente. Marx, entretanto desenvolve o argumento de que a Comuna Russa era distinta da Comuna Arcaica, e que poderia em tese se valer dos instrumentos do capitalismo como forma de seu desenvolvimento ulterior. Dessa maneira, ele aponta que a discussão sobre a "inevitabilidade" da desintegração da Comuna (ou seja, tema que se desenvolve muito antes de Lenin) era na realidade sem fundamento (no seu posicionamento oficial, ele simplesmente não afirma categoricamente nem uma via nem outra), mas teoricamente, coloca a caracterização do "dualismo da comuna russa" (propriedade coletiva e individual) que poderia assim se engendrar duas formas distintas de evolução (mas ainda assim, os critérios são a incorporação da técnica capitalista e a intensificação da socialização entendida como a propriedade "coletiva") .

Esse debate de Marx apontava então para a singularidade da "Rússia". No plano da política social-democrata, considerava-se que o campesinato estava em vias de desaparecimento ou como elemento hostil ao movimento operário. E na Rússia seria preciso modernizar a comuna arcaica e incentivar através do Estado a dimensão coletiva, isto é, comunista, da comuna rural.

Bakunin desenvolve uma análise distinta. Ele parte da discussão da ideia de existência de um ideal popular – uma aspiração formada pelas experiências históricas anteriores do povo russo que fazia com que ele tivesse alguns elementos fundamentais componentes desse ideal: a ideia de que a terra pertencia ao povo coletivamente; a antipatia ao Estado; a autonomia da comuna. Vejamos:

*"Este ideal existe na concepção do povo russo? Existe, não há dúvida, e sequer há necessidade de analisar com profundidade a consciência histórica de nosso povo para definir seus aspectos fundamentais. O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecundada com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda a comunidade rural, ao Mir, que reparte a terra, o título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a* ***autonomia quase absoluta, ao mesmo tempo que a gestão comunitária do Mir*** *e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado". (Bakunin, Estatismo e Anarquia)*

Ele mostra que a "evolução econômica" cooperativa da Comuna Rural Russa seria um fator de estratificação e que alternativa para o campesinato seria a luta e a revolta contra o Estado. Ele identifica além do "ideal popular" (elementos de um projeto específico), elementos também que obstruíam que a Comuna Rural e o campesinato tivesse um papel revolucionário (essa é uma discussão que Marx não aborda, ele só visualiza a função econômica da comuna, não o papel político do campesinato).

*"**Entretanto, o ideal do povo russo** é obscurecido por outros três aspectos, que desnaturam seu caráter e complicam ao extremo, retardando-a, sua realização; aspectos, que devemos,* ***por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis*** *de combater, visto que o próprio povo já se engajou no combate. Estes três aspectos são: 1) o estado patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo Mir; 3) a confiança no Czar. Poder-se-ia acrescentar, como quarto aspecto característico, a religião cristã, quer esta diga respeito à Igreja Ortodoxa Oficial ou a uma seita; mas, de acordo com nossa opinião, na Rússia, esta*

*questão está longe de assumir a mesma importância que nos países católicos, e mesmo nos países protestantes da Europa Ocidental" (Bakunin, Estatismo e Anarquia)*

Ai ele identifica três elementos também: **1)** o caráter patriarcal; **2)** a absorção do individuo pelo MIR; **3)** a adoração do Czar. Dessa maneira ele fala que a fragmentação da COMUNA era produzida pelo Estado e essa era uma das principais forças a desvirtuar a ação do campesinato. A cisão era representada pelos "salteadores camponeses" – ou seja, pelos camponeses que partiam para ações ilegais contra o sistema. Assim, Bakunin observa que não seria possível uma evolução "cooperativa" do Mir, mas sim que esse – rompendo com as características patriarcais, a fragmentação e a subordinação ao Estado – e com os privilégios econômicos que já começavam a se manifestar em camponeses ricos – poderia ser a base de um movimento revolucionário integrado, ao qual o proletariado "intelectual" – ***intelligentsia*** – deveria se integrar. Assim, o sujeito fundamental do processo era o povo, partindo de condições materiais. Assim temos duas visões completamente distintas que irão se manifestar no desenvolvimento do processo revolucionário russo.

Marx entende que o camponês e o Mir só seria uma relação de produção que poderia, através da introdução da modernização capitalista, ser preservada pela revolução. Bakunin entende que o camponês russo seria o sujeito da revolução, e observa as tensões dialéticas (sociais e econômicas) que poderiam realizar ou impedir sua constituição como ator sociopolítico.

O debate entre Marx e Bakunin marcam, então, as distintas posições ante reforma e revolução no campo, caracterizado pelas formas como foram recebidas as duas posições. Marx, e a social-democracia, entendia que a existência do o campesinato, em geral, estaria caminhando para desparecer ou como um fator hostil ao movimento operário, e particularmente na Rússia seria preciso modernizar a comuna arcaica e por via do Estado estimular a dimensão coletiva da comuna rural. Bakunin delineia um plano de ação para o campesinato, que deveria partir do incentivo à sua organização e associação de resistência e culminar com a ruptura com o patriarcalismo, o mito do chefe e a anulação da ação individual.

## 3 – Coletivização X estatização e mercantilização da terra: a política anarquista e os camponeses hoje

Essas posições desenvolvidas dentro da AIT seriam ainda objeto da polarização entre o sindicalismo revolucionário e a social-democracia entre 1890 e 1920. De maneira geral as posições da social-democracia seriam defendidas por Engels e Kaustki.

> *"Nesse congresso [1894] se repetiu a tese da proletarização necessária do camponês. Ao mesmo tempo, o partido assumiu a defesa dos camponeses enquanto contribuintes. Engels (...) Distingue claramente o pequeno camponês do médio e do grande, expressando a opinião de que lhe parecia quase uma traição se o partido prometesse as duas últimas categorias a manutenção estável da Independência econômica: também elas devem sucumbir em consequência da formação da propriedade capitalista e da produção mais competitiva de capitais. O partido não deve, pois, apoiar-se nestes estratos mas sim nos trabalhadores assalariados. (...) Na formação do ponto de vista marxista sobre a questão agrária, um papel não negligenciável coube ao Congresso da Segunda Internacional realizado em 1896, que entrou na história como o congresso da ruptura total com o anarquismo (...).*

A política da social-democracia internacional dessa maneira incorporou os camponeses de duas formas: como objetos necessários de uma política de proletarização, e nesse sentido, se celebrava e incentivava a destruição da propriedade camponesa. Por outro lado, uma política mais pragmática derivada de vários países da Europa, que consideravam a necessidade do apoio eleitoral do campesinato e que levavam a tese da "difusão da tecnologia" para a pequena propriedade e sua capitalização.

Logo, a política social-democrata ortodoxa e hegemônica não tinha uma política para a luta camponesa. Eles tinham uma política econômica e eleitoral para o campesinato. A política econômica favorecia a integração no mercado capitalista através do incentivo ao desenvolvimento tecnológico. O cooperativismo deveria corrigir os "desvios individualistas" inerentes do camponês.

A contraposição desta posição feita pelo sindicalismo revolucionário internacional se baseou nas posições bakuninistas e coletivistas da antiga Federação do Jura, que tem sua política delineada num texto importante de James Guillaume intitulado "*Ideias sobre Organização Social*", além de textos do próprio Bakunin sobre a situação e guerra na França.

Essas posições estão amparadas na análise de Bakunin sobre a França e sobre a Rússia. Bakunin no livro "*O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*" afirma que "*os camponeses, ao menos a imensa maioria dos camponeses, não esqueçamos nunca, ainda que como na França convertidos em proprietária seguem vivendo do trabalho de seus braços*". Ou seja, para Bakunin, a reforma agrária e a propriedade parcelar não mudou a relação e condição de trabalho. E no mesmo livro afirma "*denomino, pois, burguês a todo que não é trabalhador das fábricas, das terras, e povo toda a massa de operários propriamente ditos, o mesmo que aos camponeses que cultivam com seus braços seja a sua própria terra, seja de outro*". Logo, para Bakunin a condição de classe do camponês não muda pelo fato de ser proprietário parcelar de pequenas extensões, e que explore a terra por seu trabalho.

Isso permitiu que Bakunin firmasse duas políticas fundamentais: **1)** a distribuição das terras para quem nela trabalha; **2)** a libertação das obrigações de pagamento de tributos e trabalho aos proprietários rurais. Assim, existia uma política para a luta dos camponeses, que foi sintetizada na palavra de ordem "Terra e Liberdade"

James Guillaume formula, entretanto, o que seria a política anarquista para a questão agrária e que iria influenciar a formação dos movimentos em países como México, Rússia, Argentina e Espanha.

Esse texto apresenta as posições bakuninistas-coletivistas sobre a terra e questão agrária e seu lugar na teoria da revolução. Temos aqui também a junção da teoria bakuninista com um programa coletivista que se contrapunha a teoria marxista ao programa comunista de estatização.

*"O caráter da revolução precisa ser, a principio, destrutivo. Ao invés de modificar certas instituições do passado, ou adaptálas a nova ordem, ele vai acabar com elas totalmente. Por essa razão, o governo será extirpado, junto com a Igreja, o Exército, os tribunais, as escolas, os bancos e suas instituições subservientes. Ao mesmo tempo a revolução tem um objetivo positivo, que os trabalhadores tomem o controle de todo o capital e ferramentas da produção. Deixe-nos começar com os camponeses e os problemas relativos a terra. Em muitos países, particularmente na França, os padres e a burguesia tentam ameaçar os camponeses contando a eles que a Revolução tomará suas terras. Esta é uma mentira ultrajante inventada pelos inimigos do povo. A Revolução tomaria exatamente um sentido oposto. Ela tomaria a terra da burguesia, dos nobres e padres e daria aos camponeses sem-terra. Se um pedaço de terra pertence a um camponês que o cultiva ele próprio, a Revolução não tocaria nela. Ao contrário, ela garantiria a livre posse e liquidaria os débitos da terra. Esta terra que uma vez enriqueceu o tesouro e foi sobrecarregada com impostos e arruinadas por hipotecas, como o camponês seria emancipada. Não mais taxas, não mais hipotecas, a terra torna-se livre, apenas como o homem. Como a terra propriedade da burguesia, o clero, os nobres – terra cultivada até agora pelos trabalhadores sem-terra para beneficio dos seus senhores – a revolução retornará esta terra roubada a seus proprietários por direito, os trabalhadores agrícolas". (James Guillaume, "Ideias sobre Organização Social").*

Dessa maneira, temos aqui a ideia de que é necessária uma política revolucionária, de ataque à propriedade fundiária da terra, nobiliárquica, clerical e burguesa. Longe de apoiar a expropriação dos camponeses (como previa a política social-democrata) porque isso favoreceria à revolução, visa-se distribuir terra, eliminar o peso das hipotecas e taxas (tributo e renda pagas) e da exploração do trabalho agrícola.

*"Nós iremos considerar como os camponeses irão derivar o maior beneficio possível dos seus meios de produção, a terra. Imediatamente depois da revolução os camponeses serão confrontados com uma situação hibrida. Aqueles que já são pequenos proprietários manterão seus lotes de terra e continuarão a cultivá-lo com suas famílias. Os outros, a eles são de longe a grande maioria, que arrenda a terra dos grandes latifundiários ou foram simplesmente assalariados agrícolas empregados pelos proprietários, tomarão a posse coletiva de vastas terras e as trabalharão em comum. Qual desses é o melhor sistema? Em uma região que tem sido ocupada antes da Revolução pelos camponeses detentores de pequenos sítios, onde a natureza do solo não é desejável para cultivos extensivos de larga-escala, onde a agricultura tem sido conduzida da mesma maneira por décadas, onde a maquinaria é desconhecida ou raramente utilizada – em uma tal região os camponeses irão naturalmente conservar a forma de propriedade que eles estão acostumados. Cada camponês continuará a cultivar a terra como ele fazia no passado, com esta singular diferença; seus antigos trabalhadores assalariados, se ele tinha algum, tornariam seus parceiros e compartilhara com ele os produtos do seu trabalho comum extraídos da terra. (...) Por outro lado, em operações agrícolas de larga escala, onde um grande numero de trabalhadores agrícolas cultivam vastas áreas, onde a coordenação e cooperação são absolutamente essenciais, trabalho coletivo irá naturalmente conduzir a propriedade coletiva. Uma coletividade agrícola pode abarcar um comuna inteira (unidade autônoma regional) e, se economicamente necessário para eficiência e maior produção, muitas comunas."*

Logo, temos aqui o essencial da política coletivista. A política social-democrata promove a proletarização e estatização da terra, ou no máximo, uma política de capitalização da pequena agricultura que se torna um ramo da agricultura capitalista. Daí as contradições do marxismo e sua frequente capitulação na luta dos camponeses ou mesmo seus ataques ao campesinato. No campo do marxismo seria Lenin, que importando teses e política do anarquismo e do populismo russo, corrigiria essa linha do marxismo. Mas mesmo assim sua política pós-revolução de 1917 retornou ao modelo social-democrata.

O coletivismo prescreve que os trabalhadores tenham o controle coletivo sobre a terra, mesmo que em propriedades individuais eles não podem explorar o trabalho e logo gerar nem renda, nem lucro. Por outro lado a exploração coletiva da terra é associada a condições geográficas e técnicas. O coletivismo combate à propriedade da terra para combater a exploração. Dessa forma, o coletivismo do anarquismo implica **1)** o reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo; **2)** a ação coletiva de luta por terra, liberdade e contra à exploração; **3)** a coletivização da terra, que implica sua distribuição aos trabalhadores que podem explorar a mesma de forma coletiva ou individual.

# Entre a tutela estatal e a revolução:
## *Algumas considerações sobre a história do sindicalismo rural e da luta camponesa*

***"A terra pertence a quem nela trabalha, à comuna rural. O capital e os instrumentos de trabalho pertencem aos operários, às associações operárias." Mikhail Bakunin, 1868.***

### 1 - Introdução

Os camponeses brasileiros possuem uma longa trajetória de lutas e enfrentamentos com o Estado, porém, é especialmente a partir da década de 1940 que a organização camponesa começa a tomar contornos organizativos nacionais. De fato, o surgimento do sindicalismo oficial é uma importante característica desse processo de luta dos camponeses, no entanto, surge muito mais como elemento negativo do que positivo para os interesses históricos da classe trabalhadora. Enquanto nas cidades e centros urbanos o proletariado teve um forte período sob a direção do sindicalismo revolucionário, modelo organizativo, programático e estratégico baseado na política anarquista na AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), no campo a independência de classe se deu de forma mais difusa, descontínua, e também esteve muito mais relacionada às organizações de tipo associações e ligas campo-

Marcha das Ligas Camponesas, Nordeste, década de 50.

nesas.

A pesar das lutas camponesas através das associações e ligas poderem também ser consideradas como lutas sindicais reivindicativas (em seu sentido amplo e histórico), o "sindicalismo rural" propriamente dito surge como tal no Brasil com três intencionalidades: **1)** Como iniciativa dos setores mais ortodoxos do Partido Comunista, a sindicalização surge como necessidade de separar os assalariados rurais da influência do campesinato (visto erroneamente como pequena-burguesia e conservador). Além disso, alguns setores comunistas juntaram a isso a necessidade de esvaziar as associações e ligas camponesas (que de maneira difusa eram quem aplicavam a ação direta) e fortalecer a luta reivindicativa legal como base de apoio da disputa parlamentar; **2)** O Estado primeiramente buscou a contensão e repressão da organização sindical camponesa, porém, a partir do governo João Goulart (1961-1964) e especialmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o sindicalismo rural será o principal meio de controle do campesinato; **3)** Além disso, não poderíamos deixar de considerar o fato de que existiram também muitos sindicatos rurais que surgiram autônomos da estrutura estatal e diversos dirigentes sindicais combativos que lutaram para manter essa autonomia (até hoje não podemos deixar de considerar essas realidades).

Não podemos tomar as realidades e a história de maneira unidimensional, devemos considerar os conflitos entre as organizações e a luta de classes como o motor de nossa compreensão. A história não é um cumulativo de modos de produção que se sucedem na história. A economia é um elemento determinante (se tomado em seu aspecto real, ou seja, relativo) na história, mas a política, as organizações sociais, as ideologias, são também partes da totalidade social. Portanto, a história do sindicalismo e da luta camponesa deve ser pensada como uma arena de disputas e conflitos: entre reformistas e revolucionários, entre a burguesia e a classe trabalhadora, entre as diversas organizações.

Atualmente vivemos dilemas fundamentais da organização dos trabalhadores e do socialismo. As jornadas de junho foram apenas uma demonstração de um novo período que se abre na luta de classe em nosso país, onde as contradições entre as burocracias sindicais e partidárias (atreladas ao governo e aos cargos burocráticos, ainda que como mera virtualidade) e as massas trabalhadoras se aprofundam. A crise de organização e direção dos trabalhadores finalmente parece apontar uma resolução, mas apenas como possibilidade. É para ajudar com essa tarefa que esse artigo se insere: contribuir para a compreensão das raízes da crise de organização dos camponeses, especialmente através do papel que cumpriu historicamente a política reformista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do sindicalismo de Estado no campo.

## 2 – Os primeiros passos do sindicalismo rural no Brasil

Após a II Guerra Mundial o Partido Comunista do Brasil (PCB) adere à institucionalidade burguesa e ao "jogo democrático". Porém, essa política terá fim em 1947, tendo em vista que o PCB é colocado na ilegalidade através da complacência da mesma burguesia a qual o Partido conferiu esperanças de aliança. Isso ocorre especialmente a partir da conjuntura internacional da Guerra Fria. A partir dessa situação, o PCB remodela sua linha político-estratégica, abandonando o pacifismo e o legalismo (próprios do momento anterior) e adota a violência revolucionária e o "assalto ao poder" como objetivos centrais. Tais são algumas das linhas da Declaração de Janeiro de 1948 e que possui continuidade parcial no Manifesto de Agosto de 1950 e nas resoluções do IV Congresso que ocorre em 1954.

Essa política se apresentou na prática a partir de alguns traços importantes: **1)** ruptura parcial e conjuntural com a política de alianças com a chamada burguesia progressista; **2)** militarização do Partido e de seus quadros; **3)** ruptura parcial com o sindicalismo oficial e construção de organizações paralelas e autônomas; **4)** combate mais direto ao latifúndio, tendo em vista a criação pela via armada de território liberados (via chinesa).

Para muitos intelectuais marxistas e socialdemocratas, a linha política definida pelo PCB nesse momento foi equivocada por que afastou o partido das massas, especialmente pela linha política de ruptura com sindicalismo oficial. Porém, na contramão dessa análise, Armando Boito Jr. (1991) ressalta a importância dessa atuação do PCB de ruptura. Além disso, ressalta que, de maneira geral, o discurso de "aproximação com as massas" não poucas vezes foi utilizado como artifício de aceitação das condições de controle/tutela do Estado e da burguesia sobre o sindicalismo oficial, e teve como consequência não o intuito anunciado de se aproximar das massas, mas levar as massas até então livres da tutela estatal para dentro desta, através da estrutura e da ideologia do sindicalismo de Estado.

Porém, essa política insurrecional do "Manifesto de agosto" terá consequências diretas sobre a linha de atuação do PCB para o campo, e isso também pelo fato de que a Revolução Chinesa (1949), que ocorre nesta mesma época, aponta tanto para a necessidade e viabilidade da luta armada como para a relevância do campesinato no processo revolucionário:

> *(...) essa política justificará posições à esquerda de alguns setores partidários quanto ao papel a ser desempenhado pelo campesinato, até porque, na mesma época, irrompe a Revolução Chinesa, com Mao Tsé-tung, com a vitoriosa estratégia de 'o campo cercando as cidades', que passou a ter um significado diferenciado especialmente no momento coincidente da eclosão do Movimento de Porecatu em 1948 e, mais tarde, nos anos 50, a luta de Formoso e Trombas (Reis, 1981, v.1, p.89). Esse processo da via chinesa em curso veio influenciar decisivamente o PCB, e foi entusiasticamente incorporado como uma possibilidade por vários quadros da Direção Central do Partido, que tinha por objetivo a repetição daquele modelo em nosso país e, quiçá, sua reprodução mecânica em nossa realidade. (CUNHA, 2007, p.71)*

Porém, igualmente importante é também a sua posterior guinada à direita, que tem início com a abertura do "relatório secreto de Kruschov" em 1956. O relatório secreto que denunciava os "crimes de Stalin" e o "culto à personalidade" terá consequências diretas nas re-

definições organizativas, teóricas e políticas do PCB. Cunha (2007) afirma que do ano de 1956 à 1958 o Partido Comunista deixa praticamente de existir enquanto estrutura nacional centralizada, fruto da crise política profunda que entrou após as denúncias do relatório de Kruschov. Esta crise começará a se equacionar com as "Declarações sobre a Política do PCB" em Março de 1958 (conhecida como Declarações de Março) e com a realização do V Congresso em 1960.

Portanto, um dos principais documentos desta época será também a Declaração de Março de 1958, momento onde o PCB defende de forma clara o "caminho pacífico da revolução brasileira" através de coalizões de classes (com a burguesia nacional e inclusive com setores do latifúndio) e disputas internas no bloco de poder do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Segundo podemos ler nas resoluções desta Declaração:

> *"O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas." (Declaração Sobre a Política do PCB, Março de 1958)*

Coerente com a formulação política anteriormente apontada, a linha do PCB para atuação junto aos camponeses será de construção de sindicatos oficiais e luta reivindicativa moderada. No tópico "A frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático" das Declarações de Março, as ilusões legalistas ficam também evidentes:

> *Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. (Declaração sobre a Política do PCB, Março de 1958.)*

Mas qual a importância de tal debate para compreender a organização das massas camponesas? É exatamente nesse turbilhão de disputas políticas, criação de novas organizações (Ligas Camponesas, sindicatos oficiais, cisões com o partido comunista etc.) e de avanço do capitalismo no campo que emerge as possibilidades e impasses para o avanço da luta pela terra no Brasil, momento em que de maneira mais clara o campesinato emerge como sujeito revolucionário. A adoção da luta armada como caminho privilegiado da revolução brasileira irá ser um componente importante das Ligas Camponesas e de alguns setores comunistas. O legalismo e eleitoralismo que marcará a política do PCB no final da década de 1950 e década de 60, com ênfase na sindicalização rural e na disputa eleitoral, será também um marco para os impasses no desenrolar da luta pela terra em nosso País. É nesse período (1950-60) que as Ligas Camponesas começam a tomar corpo político e se inserir como alternativa da luta dos camponeses.

Portanto, a linha nacional do PCB, desde meados da década de 1950, era dar prioridade para a sindicalização rural, entendendo que deveriam organizar primeiramente os assalariados e não os camponeses. E isso não apenas por uma análise da estrutura de classes no Brasil mas também pela opção que nunca foi completamente combatida no interior do PCB (sob o "risco" de combater os próprios fundamentos do marxismo): a via pacífica/eleitoral para o socialismo, a estratégia de estabelecer pactos com a burguesia "nacional e democrática" afim de desenvolver o capitalismo de forma independente, desenvolver as forças produtivas etc. Levar o sindicato oficial para o campo e interior do país parecia então a melhor opção para garantir a "cidadania" aos camponeses (incorporação destes no sistema estatal-capitalista), ao passo que se neutralizava as explosões de revolta do campesinato que poderiam colocar as alianças e a tática eleitoral a perder.

Porém, não havendo de fato uma estrutura sindical rural ligada ao Estado, nesse período (até a década de 60) a ação e organização camponesa no Brasil ocorrem quase que completamente de forma ilegal, clandestina ou não-oficial. Até o ano de 1960 não existiam mais do que 8 sindicatos rurais reconhecidos e registrados no Ministério do Trabalho, sendo três nos Estados de Pernambuco, três na Bahia, um no Rio de Janeiro e outro em Santa Catarina (JUNIOR, 1998). Nesse sentido, outro elemento que devemos elencar é que: não podemos entender a história do sindicalismo rural por um viés determinista e monolítico. Uma série de iniciativas surgiram historicamente e em diferentes escalas de atuação (em geral extremamente localizadas) que apontaram caminhos diferentes dos hegemônicos. Da mesma forma, as propostas de setores mais reformistas também nem sempre conseguiram avançar, seja pela pressão da massa, seja pela pressão do Estado.

Um marco nacional do sindicalismo rural é o ano de 1954, quando foi realizada a II Conferência Nacional de Lavradores no estado de São Paulo, conferência esta que fundou a **União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. A ULTAB** foi fruto da ação do Partido Comunista Brasileiro, que agremiou nesta organização de trabalhadores rurais sua militância, garantindo a sua hegemonia na direção política da entidade.

A partir de então uma série de iniciativas de fundar uniões camponesas e sindicatos de assalariados são impulsionadas pelo ULTAB e ocorrem, por força da conjuntura, por fora da oficialidade estatal (o que não significa, como vimos, por fora da ideologia estatista). Como explica Clodomir Santos Morais (2006), "a sindicalização era praticamente proibida", por isso os sindicatos fundados pela ULTAB foram criados a margem do reconhecimento estatal. Morais (2006) ainda explica que, longe da legislação oficial do sindicalismo ter sido uma conquista da luta dos assalariados rurais e camponeses, esta foi fruto da necessidade do Estado brasileiro em ampliar seu controle sobre a classe trabalhadora que começava a "sair do controle":

> *Aquelas iniciativas das organiza-*

**Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, Belo Horizonte-MG, novembro de 1961. Esse Congresso foi palco de uma acirrada disputa sobre a natureza do projeto de reforma agrária. O PCB defendia um projeto negociado; as Ligas Camponesas propunham a reforma agrária "na lei ou na marra".**

*ções rurais partiam sem a menor previsão nem controle do governo. No entanto, o governo sentia a necessidade de estender também ao campo a tutela que exercia sobre o movimento dos trabalhadores urbanos (MORAIS, 2006)*

A ULTAB, o PCB e a Igreja (uma ala conservadora vinculada a CNBB e outra ala de esquerda vinculada a Ação Popular - AP) foram decisivos no processo de "institucionalização" do sindicalismo rural. Porém, é apenas na década de 60, com a ascensão de conflitos agrários, que o Estado "resolve por bem" incorporar a organização dos trabalhadores rurais na estrutura do sindicalismo oficial (BOITO JUNIOR, 1998).

O sindicalismo de Estado (as estruturas e ideologias do sindicalismo de Estado foram debatidas de maneira mais aprofundada na revista teórico-política "Via Combativa" nº2.), através da unicidade e imposto sindical carrega como reflexo e base subjetiva da estrutura oficial a reprodução da ideologia estatista e legalista, defendida pelos sindicalistas muitas vezes de forma inconsciente. Uma característica central desta ideologia é o "culto do Estado protetor", que segundo Armando Boito Jr significa "*a expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação de forças vigentes num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas*" (BOITO JUNIOR, 1991). Para a ideologia e prática legalista, o Estado não é visto segundo a realidade concreta da luta de classes, mas segundo a conclusão (consciente ou inconsciente) de que a estrutura estatal é neutra frente aos conflitos sociais e históricos. Segundo esta concepção é até desejável que se aumente a tutela estatal-policial na "defesa dos sindicatos e dos trabalhadores".

O principal efeito que esta estrutura e ideologia estatista teve sobre o processo histórico da luta de classes no Brasil foi o amortecimento dos conflitos sociais, a conciliação de classes e consequentemente a desorganização da classe trabalhadora frente aos seus objetivos imediatos e históricos. A classe trabalhadora brasileira (no campo e na cidade) se viu historicamente acorrentada a uma estrutura e ideologia que dizendo organizá-la para seus interesses, a mantinha sob limites intransponíveis no que tange a dominação do Capital e do Estado sobre os Trabalho. Segundo Armando Boito Jr (1991):

*Desorganizar os trabalhadores significa organizá-los sob a direção política da burguesia. No caso do sindicalismo de Estado brasileiro, isso possui duas implicações. De um lado, implica subordinar a luta sindical reivindicativa ao interesse político geral da burguesia (manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado). Dito de outro modo, implica separar a luta sindical reivindicativa da luta revolucionária (...). De outro lado, a direção política da burguesia sobre o movimento sindical tem implicado a fragilidade e ineficácia da própria luta reivindicativa. (BOITO JUNIOR, 1991).*

Podemos então visualizar, de forma breve, como os sindicatos de Estado servem historicamente aos interesses da burguesia. A despeito da "ideologia teórica" (BOITO JUNIOR, 1991) de muitos dirigentes sindicais quando afirmam a liberdade e autonomia sindical em abstrato, estes trataram (e tratam) na prática cotidiana de reproduzir os mecanismos de controle do

Estado sob os trabalhadores. Uma característica invariante do sindicalismo de Estado é justamente a subordinação política e ideológica dos trabalhadores à burguesia e sua consequente desorganização frente aos seus interesses históricos de classe, ou seja, seus interesses revolucionários.

Segundo Carolina Ramos (2010), a ULTAB já trabalhava desde sua fundação na década de 1950 para fundar sindicatos reconhecidos pelo Estado. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, o órgão de propaganda da ULTAB chamado "Terra Livre", serviu como uma plataforma de defesa do sindicalismo de Estado, dando

> *[...] orientações acerca do preenchimento de atas de fundação de sindicatos e de documentos para obter o reconhecimento no Ministério do Trabalho, bem como publicava modelos de estatutos de entidades sindicais, informando como realizar eleições para esses novos órgãos. (RAMOS, 2010, p.5)*

É com o processo de institucionalização do sindicalismo rural, pela ação da ULTAB, da Igreja, mas principalmente pela ação do Estado, que surge a **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)**, em 22 de dezembro de 1963, sendo reconhecida em 13 de janeiro de 1964 pelo Decreto Presidencial 53.517. A CONTAG é produto das condições políticas do país e também das forças políticas que atuavam internamente no movimento camponês. É um marco histórico do sindicalismo de Estado. Após duas tentativas frustradas de fundação da CONTAG por parte dos setores reacionários da Igreja Católica, a entidade nacional é fundada em uma reunião patrocinada pelo próprio governo Goulart, através do Ministério do Trabalho e da Comissão Nacional de Sindicalização Rural – CONSIR (RAMOS, 2010).

## 3 - As Ligas Camponesas emergem no cenário nacional

A rearticulação das Ligas Camponesas (pois já havia ocorrido outra iniciativa pelo PCB na década de 1940, mas com a ilegalidade do PCB as Ligas também iriam se desestruturar), durante os anos de 1955 à 1964, vai ocorrer de forma independente do Partido Comunista e em muitos momentos se oporá muito claramente a política deste, principalmente no que toca a forma de organização das massas trabalhadoras rurais e do programa. As "Ligas" possuíam, conscientemente, uma forma de organização independente da tutela do Estado (pois as sociedades e associações camponesas não possuíam os mesmos compromissos legais que o sindicato) e um programa mais combativo, expresso especialmente na palavra de ordem: "***Reforma Agrária, na lei ou na marra***". Já o PCB, como vimos anteriormente, defendia uma linha político-teórica legalista e reformista, defendendo a aliança com a burguesia "nacional-progressista" e a participação eleitoral como estratégia central.

Portanto, as Ligas Camponesas começam a ganhar terreno no debate político nacional exatamente no momento em que o PCB começa a aderir a via da "Declaração de Março de 1958". A política das Ligas para a luta reivindicativa era guiada pela linha estratégica que apontava a necessidade de uma ruptura revolucionária armada no Brasil. Não existia para as Ligas qualquer possibilidade de conciliação de classes com a burguesia e o latifúndio. Nem mesmo defendiam um etapa de revolução burguesa, apontando a necessidade para as massas trabalhadores de uma revolução socialista com base no campesinato (muito influenciados também pela experiência de Cuba). A própria palavra de ordem "reforma agrária, na lei ou na marra" revela um rompimento importante (porém, relativo) com a ideologia legalista de crença no "Estado-protetor".

Segundo o cientista político Armando Boito Junior (1991), Francisco Julião, destacada liderança das Ligas Camponesas, tinha consciência de que elas eram uma forma de organização "superior" por serem autônomas frente ao Estado. Lutou para preservar essa autonomia, embora não combatesse a criação de sindicatos oficiais para os assalariados agrícolas. Isso explica parcialmente por que uma série de lideranças camponesas comunistas chegaram durante o período pré-golpe a romper com o PCB e aderir ou apoiar as Ligas. Um dos casos foi da liderança da revolta em Trombas e Formoso (Goiás), o camponês Zé Porfírio, que se aproximou das Ligas e chegou mesmo a contribuir na formação de centros de treinamento guerrilheiro no Estado de Goiás, ao passo que o Partido Comunista aprofundava sua linha política de conciliação de classes ao longo da década de 1960.

Porém, na disputa política entre a via legalista do PCB e a via combativa das Ligas Camponesas (setores minoritários de esquerda), o que fica claro é o papel histórico que cumpriu o Partido Comunista como elemento geral de apoio ideológico ao Estado burguês no controle das organizações dos trabalhadores rurais. Armando Boito Jr (1991) afirma que "*na luta para esvaziar as Ligas Camponesas de Francisco Julião, levando o sindicato oficial ao campo, a força de vanguarda foi o Partido Comunista Brasileiro*".

## 4 - A ditadura civil-militar e a repressão do campesinato

A repressão contra o campesinato teve, em diversos momentos da história brasileiro, proporções de guerra contra a rebelião popular. O golpe militar de 1964 não foi diferente. Este atingiu não apenas lideranças, mas milhares de famílias camponesas em todas as regiões do país. Tinha por objetivo muito claro a contensão das lutas populares no Brasil, seja no campo ou na cidade, porém, com uma clara centralidade para a luta camponesa que se expandia em proporções jamais vistas. E a ilusória aliança com a "burguesia progressista" e a política populista que chegava a seu limite com as "reformas de base", viu suas lideranças fugirem vergonhosamente sem esboçar resistência (a exemplo de João Goulart, ou pior ainda, do governador de Goiás Mauro Burges, cujo governo o PCB aderiu - defendendo a aliança com a burguesia nacional-progressista - e viu o mesmo debandar diretamente para as forças ditatoriais). Isso terá um impacto direto sobre a organização camponesa a nível nacional.

O golpe militar (64) ocorreu menos de três meses após a fundação da CONTAG. A história da CONTAG, e do movimento dos trabalhadores rurais de forma geral, estão marcadas pela sua relação com ditadura. **Se o governo Vargas pode ser definido como**

**um marco na implementação do sindicalismo de Estado nas grandes cidades e sindicatos operários, a ditadura de 1964 pode ser definida como um marco histórico para a consolidação desta estrutura no controle dos assalariados rurais e camponeses**. Segundo Armando Boito Jr. (1991): "*A implantação da ditadura militar em 1964 selou a derrota das Ligas e a vitória do sindicalismo de Estado no campo. A ditadura, além de dissolver as Ligas, criou milhares de sindicatos oficiais no campo (...)*".

Perseguições e mortes de militantes camponeses, assim como destituições das direções sindicais combativas ocorreram no período posterior ao golpe. A direção da CONTAG sofreu intervenção de 1964 até 1968. Após a retomada da direção da CONTAG em 1968 por uma chapa de oposição, a mesma constituiu um tipo de ação sindical particular, ou melhor, absolutamente enquadrada na ideologia do sindicalismo de Estado. Segundo Favareto (2004) a ação da CONTAG nos "anos de chumbo" possuía um caráter defensivo, que se limitava a atuar dentro da justiça burguesa e através de meios legais:

> *A prudência sindical e o legalismo foram duas faces desse padrão de ação sindical, o que possibilitou à Contag dar visibilidade e tratamento institucional aos conflitos e, principalmente, conseguir ampliar a malha organizativa no campo brasileiro. (FAVARETO, 2004)*

Nesse sentido, a estrutura e ideologia do sindicalismo de Estado foram defendidas e aprofundadas pela ditadura civil-militar no Brasil, exatamente porque ela favorecia o controle das massas trabalhadoras via centralização estatal-corporativa. As demais formas de organização, associações e ligas camponesas, bem como as direções sindicais combativas, foram varridas através de uma brutal repressão militar. Os assassinatos, as torturas, as fugas pela mata e pelos rios, foi o destino de milhares de heróis do povo brasileiro.

## 5 - Algumas considerações para os dias atuais

Retomar o controle sobre nossa memória, sobre a história de luta da classe trabalhadora brasileira, deve ser um verdadeiro papel dos trabalhadores revolucionários e anarquistas. Devemos aprender com os erros e saber desenvolver os elementos positivos em nossa realidade atual, para superá-los. Mas não poderemos fazer isso por meio das instituições burguesas (escola, meios de comunicação de massa etc.), devemos tomar para nós essa tarefa. Devemos compreender, por exemplo, os limites teóricos e práticos dos setores que se colocaram como oposição ao PCB, tal como as Ligas Camponesas, onde importantes quadros reproduziam a concepção teórica do campesinato como pequena-burguesia e a organização aderia a uma concepção de "revolução camponesa" e foquista sem, no entanto, reconhecer a centralidade estratégica da aliança geral (campo-cidade) dos explorados, ou seja, a aliança operário-camponesa. Experiências como das Ligas, que sob certas circunstancias e limites empreenderam avanços significativos na força coletiva dos trabalhadores, devem ser reivindicadas no sentido de apontar suas próprias debilidades e assim tomar para si a tarefa de ir com elas, para além delas mesmas.

Atualmente, o Estado brasileiro vem desatando uma verdadeira guerra pelo desenvolvimento, uma re-colonização interna, assassinando e reprimindo os camponeses e suas frações étnicas (indígenas e quilombolas). A década de lulismo começa a exibir seus "trunfos". A grande questão é: não podemos analisar a totalidade dos conflitos desencadeados no último período, especialmente a partir do mês de junho, que explodiram em revolta popular nas grandes cidades do país, sem compreender o acirramento da luta de classes que também está ocorrendo no campo. O mesmo governo burguês e seu projeto desenvolvimentista, bem como as próprias burocracias sindicais, estão sendo combatidos no campo e na cidade.

Há algum tempo as lutas camponesas vêm trazendo fissuras não apenas ao "consenso governista", como demonstrando também os limites das estruturas organizativas, especialmente o sindicalismo rural representado pela CONTAG. Recentemente os conflitos pela terra ficaram mais acirrados em relação a última década, e o debate estratégico sobre as ocupações de terra, greves rurais e os métodos de ação direta (que foram abandonados pela maioria dos movimentos sociais em prol de coligações eleitorais e cargos no Estado) volta agora com maior força, trazido pela massa e aprofundando a contradição entre base e direção. Não será pela via eleitoral que se conseguirá o acesso a terra, isso está cada vez mais claro, e as possibilidade de disputa em torno da ação direta de massas em oposição a via eleitoral estão abertas.

Portanto, tal como na cidade, vivemos uma crise de organização popular no campo: por um lado a ação direta e a independência de classe é reivindicada espontaneamente pela base e aplicada em diversas lutas, por outro lado, as bases se lançam nessas lutas sem contar com o apoio das organizações tradicionais e hegemônicas do campesinato (MST, CONTAG, CUT), e em alguns casos essas organizações trabalham contra as lutas, especialmente quando a luta se radicaliza e coloca em cheque os acordos partidários e eleitorais (ou seja, abandonam quando a base mais precisa de solidariedade e organização). Surge então para os revolucionários e anarquistas a necessidade histórica de fazer o trabalho de reorganização. Não podendo contar com as burocracias sindicais e dos movimentos sociais o campesinato deve buscar sua auto-organização.

Porém, tal como afirmamos no início do artigo, a história da (re)organização da classe trabalhadora não é isenta de conflitos e disputas, sendo a destruição uma necessidade para a construção do novo. E o sindicalismo de Estado atualmente é uma estrutura central de sustentação do capitalismo brasileiro e da dominação burguesa, e que deve necessariamente ser destruído para que um novo movimento camponês de tipo Sindicalista Revolucionário possa florescer. Por isso é essencial que os setores combativos do movimento camponês e indígena promovam uma ruptura definitiva com o governismo e reformismo. É preciso construir oposições de trabalhadores assalariados, camponeses e indígenas para lutar por Terra, Trabalho e Liberdade.

## CONSTRUÇÃO DE COMITÊS DE APOIO E PROPAGANDA DA UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de **Comitês de Apoio e Propaganda** por todo o país.

Os Comitês de Propaganda têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

*Ousar lutar, ousar vencer!*

## CONSTRUÇÃO DE PRÓ-NÚCLEOS DA UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de **Pró-núcleos da UNIPA** por todo o país.

Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

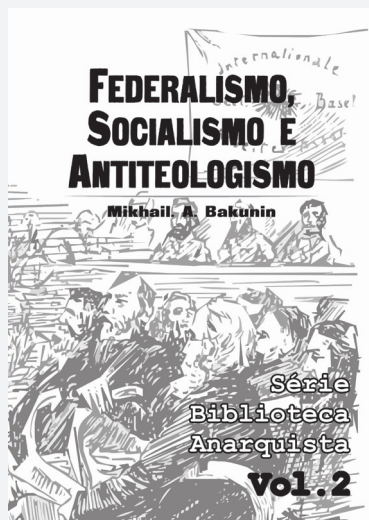
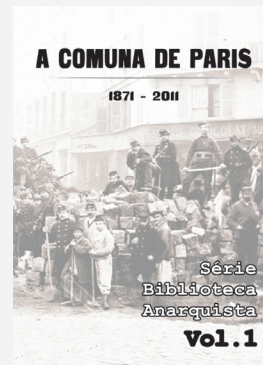
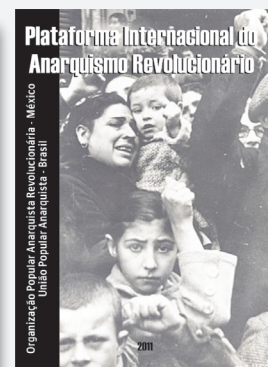
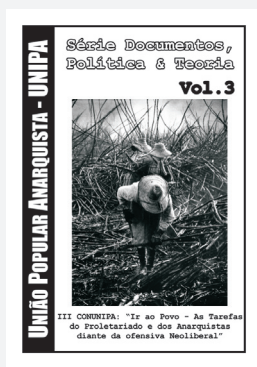
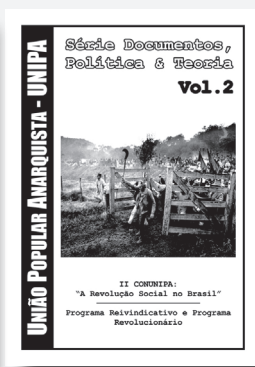
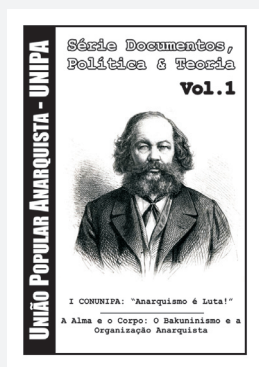
O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

Entre em contato:

**unipa_net@yahoo.com.br | www.uniaoanarquista.wordpress.com**

*Pela construção da Revolução Proletária Socialista!*

**Acesse estas Séries e outros Documentos produzidos pela UNIPA em**

# WWW.UNIAOANARQUISTA.WORDPRESS.COM

# Apoie a imprensa anarquista!

*Leia, contribua e propagandeie o jornal*

# Causa do Povo

**Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA**

**Desde 2003**

Mikhail Bakunin
1814 - 2014
UNIPA